

51º ENCONTRO DESCENTRALIZADO DOS GRESS DA REGIÃO SUDESTE



RELATÓRIO FINAL

NOSSOS CORPOS NÃO SÃO CALVOS! SERVIÇO SOCIAL NA RESISTÊNCIA COTIDIANA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA RADICAL

51º ENCONTRO DESCENTRALIZADO DOS GRESS DA REGIÃO SUDESTE



Delegação Rio de Janeiro



Delegação São Paulo



51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste

RELATÓRIO FINAL

Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ / 7ª região)

Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP / 9ª região)

Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG / 6ª região)

Conselho Regional de Serviço Social de Espírito Santo (CRESS-ES / 17ª região)

RIO DE JANEIRO, 24 A 26 DE JULHO DE 2024.

Delegação Minas Gerais



Delegação Espírito Santo





**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
7ª REGIÃO (CRESS-RJ)**

**Gestão “A liberdade é uma luta constante”
(Sede - 2023/2026)**

Presidenta:

Márcia Nogueira da Silva

Vice-Presidenta:

Renata Martins de Freitas (Licença-maternidade)

Francineide Silva Sales Abreu (Vice-Presidenta interina)

1ª Secretária:

Marcella de Azevedo Pinto

2ª Secretária:

Sara de Oliveira Almeida

1ª Tesoureira:

Anália dos Santos Silva

2ª Tesoureira:

Maria Aparecida Evangelista do Nascimento

Conselho Fiscal:

Alessandra Celita Couto Fogaça, Jussara Francisca de Assis
dos Santos e Mossicleia Mendes da Silva

Conselheiras/o Suplentes:

Silvana Marinho (até março/2024), Rafaela de Souza

Ribeiro, Jéssica de Oliveira Silva, Camila Jasmin Martins,

Aline Possa Silva Anjos, Cristiana Souza Pessanha e Henrique

Mendes dos Santos

Gestão “Vamos de Mãos Dadas”

(Seccional Norte Fluminense - 2023-2026)

Coordenadora:

Ully Azevedo

Secretária:

Léia Figueiredo

Tesoureira:

Giselle Leal

Suplentes:

Anderson Fontes da Silva, Márcia Coutinho Estulano e Poliana Poeys



**Gestão “Reconstruir e esperar: sonhos semeando o mundo real”
(Seccional Sul Fluminense - 2023-2026)**

Coordenadora:

Juliana Menas (até maio/2024)

Secretária:

Joseane Almeida (até maio/2024)

Tesoureiro:

João Paulo Salgado (até maio/2024)

Suplentes:

Esther Guedes, Joveline Batista e Íris Silva (até maio/2024)

COMISSÃO ORGANIZADORA COLEGIADA

Cecília Duguet (GRESS/MG)

Luciana Soares de Barros Alcântara (GRESS/MG)

Fabio Cândido Borges (GRESS/MG)

Claudio Henrique Miranda Horst (GRESS/ES)

Cleidson Nazário Maurício (GRESS/ES)

Kamila Vieira de Maura (GRESS/ES)

Mariani Souza e Silva (GRESS/ES)

Aparecida Mineiro do Nascimento (GRESS/SP)

Patricia Maria da Silva (GRESS/SP)

Edmundo Alves Palmeira Neto (GRESS/SP)

Larissa Pereira Sanches Furtado (GRESS/SP)

COMISSÃO ORGANIZADORA GRESS-RJ

Alessandra Celita Couto

Sara de Oliviera Almeida

Ana Paula Cardoso

Henrique Mendes

Rafaela Ribeiro

Ully de Souza Azevedo

Leia Martins Pires Figueiredo

Rita de Cassia Martins Ramos

Ingrid Vieira Santos

Mariana Freire Lopes

Laura Alves (Assessora de Comunicação, até maio/2024)

Carolina Rocha (Assessora Política, até abril/2024)



EQUIPE OPERACIONAL CRESS-RJ

Rita de Cassia Martins Ramos - Gerente Geral

Ingrid Vieira Santos - Assessora Executiva

Norma Ríspoli de Oliveira - Assessora Contábil-financeira

Mariana Freire Lopes - Assessora de Comunicação

Allan Botelho da Silva - Agente Administrativo

Alexandre Aride dos Santos - Auxiliar de Serviços Gerais

Celio Albuquerque da Cunha - Jornalista

José Guilherme Teixeira Marques - Agente Administrativo

Paulo Roberto Moreira - Auxiliar de Serviços Gerais

Rosangela Costa Maia - Agente Administrativo-Financeira

Simone Moreira dos Santos - Coordenadora Administrativo-Financeira



SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Agradecimentos	10
Programação.....	11
Regimento Interno.....	13
Sínteses finais da Região Sudeste	20
• Administrativo-Financeiro.....	21
• Ética e Direitos Humanos.....	24
• Orientação e Fiscalização.....	28
• Seguridade Social.....	31
• Formação Profissional.....	34
• Relações Internacionais.....	37
• Comunicação.....	38
Moções aprovadas.....	41
Carta do Rio de Janeiro 51º Encontro Descentralizado dos CRESS da Região Sudeste.....	51
Anexos	56
Avaliação.....	57
Sínteses dos Regionais da Região Sudeste	63
• Administrativo-Financeiro.....	64
• Ética e Direitos Humanos.....	69
• Orientação e Fiscalização.....	76
• Seguridade Social.....	80
• Formação Profissional	92
• Relações Internacionais	97
• Comunicação.....	100
Registros do Encontro.....	103



APRESENTAÇÃO



Claudio Horst (Presidente do CRESS-MG),
Patrícia Maria da Silva (Presidenta do
CRESS-SP), Kamila Vieira (Vice-Presidenta
do CRESS-ES) e Márcia Nogueira
(Presidenta do CRESS-RJ).

RELATÓRIO FINAL – 51º ENCONTRO DESCENTRALIZADO DA REGIÃO SUDESTE - 2024

O 51º Encontro Descentralizado dos Conselhos Regionais de Serviço Social da Região Sudeste foi realizado, no ano de 2024, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ, entre os dias 24, 25 e 26 de julho de 2024. Participaram do Encontro 125 pessoas, entre representantes dos CRESS da Região Sudeste, representantes do CFESS, Convidados e a Comissão Organizadora do CRESS-RJ. Considerando a metodologia trienal do Conjunto CFESS-CRESS, este ano foi realizada a segunda etapa da metodologia, que compreende o monitoramento das deliberações do triênio 2023-2026.

Com base nas instruções enviadas pelo CFESS, este instrumental trouxe às delegações a finalidade de sistematizar os debates, considerando os indicativos trazidos no documento **“Subsídios para a realização dos encontros descentralizados”** e no documento **“Orientações para a metodologia dos encontros descentralizados de 2024”**.

Para nortear os debates, garantindo objetividade com qualidade, destacamos os pontos de análise sugeridos no documento, para cada eixo:

- **Pertinência e relevância das deliberações em face da realidade local e regional:** Neste ponto deve ser feito um exercício de reflexão quanto à conjuntura que se apresenta para o regional. Deve ser sistematizada crítica e qualitativamente as informações que têm relação com o perfil profissional, a dinâmica do trabalho profissional na região e das políticas sociais no território, as demandas oriundas de assistentes sociais, a relação das deliberações com o trabalho profissional e a conjuntura política regional, e a priorização das deliberações que dialogam com essa realidade.



- **Condições objetivas do cumprimento das deliberações:** Deve ser apresentada uma síntese sobre a concretude do planejamento e da execução das deliberações, da sustentabilidade orçamentária-financeira e das condições político-administrativas do regional, para o cumprimento do conjunto de deliberações aprovadas no 50º Encontro Nacional (2023). Devem ser descritas as formas de construção coletiva e democrática do planejamento e execução de ações prioritizadas, bem como as instâncias colegiadas e de decisão pelas quais foi submetido e apreciado o planejamento, o dimensionamento do orçamento da entidade em relação às prioridades de ações elencadas e a função precípua do conjunto, a operacionalização das ações prioritizadas e os espaços de diálogo e tomada de decisões que as compõem. É importante analisar fatores internos e externos.
- **Capilaridade das ações de cumprimento das deliberações junto à categoria:** Neste ponto deve ser feita uma análise da execução das deliberações e ações prioritizadas no planejamento e as repercussões e impactos junto à categoria, que deve levar em conta: a análise dos diálogos estabelecidos com a categoria, a incidência política do regional e seus efeitos no trabalho profissional, a defesa da profissão e a relação com a conjuntura política e as políticas sociais, a repercussões das ações do regional nos processos de trabalho, nos espaços sócio-ocupacionais, as articulações com outras entidades e movimentos sociais.
- **Prioridades para 2024 (segundo semestre) e 2025:** Este ponto de avaliação deve considerar o que continua sendo prioridade para o período seguinte, bem como o que pode ser realizado no ano corrente, e o que deve ser realizado no ano de 2025. Deve também ser avaliado o conjunto de estratégias e táticas para execução das ações, no sentido de sua consecução ou alteração diante da conjuntura e desafios apresentados no cotidiano.



Considerando a programação do **51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste – “Nossos Corpos Não São Alvos! Serviço Social na resistência cotidiana para transformação societária racial.”**, o primeiro dia do evento, 25 de Julho de 2024, foi contemplado com coquetel de abertura com presença do DJ, músico e diretor do Centro de Ciências da UERJ – Renato Veloso – responsável pela trilha sonora. Em seguida, a Conselheira do GRESS-RJ – Jussara Assis – convidou o músico, ator e poeta – Jerry Cariry – que exaltou a cultura brasileira, em especial a música dos povos originários. Na sequência, foi apresentado o escopo da comemoração dos 40 anos da COFI do GRESS-RJ, que será realizada no final do segundo semestre, com mesa composta pela coordenadora da COFI – Mossicleia Mendes – e as agentes fiscais – Nízia Maria e Marenilse Saturnino.

Compôs-se a Mesa de Abertura, com representações do **CFESS – Kelly Melatti –**, do **GRESS-RJ – Francineide Sales –**, do **GRESS-SP – Patrícia Maria da Silva –**, do **GRESS-MG – Claudio Horst –** e do **GRESS-ES – Kamila Vieira –**, da **ABEPESS – Ariane Paiva –**, da **ENESSO – Drica Ferreira –**, do **Centro de Ciências Sociais da UERJ – Renato Veloso –** e da **Faculdade de Serviço Social da UERJ, Ana Paula Procópio**. A conferência de abertura foi ministrada pelo assistente social e professor da UFRJ – Guilherme Almeida – e



pela Assistente Social – Elizabeth Oliveira –, tendo como eixo condutor o tema central do evento: “NOSSOS CORPOS NÃO SÃO ALVOS! Serviço Social na resistência cotidiana para a transformação societária radical”.

No dia 25 de Julho de 2024, foi aprovado o Regimento Interno do Descentralizado que consta neste relatório e passou-se à discussão dos eixos temáticos, na seguinte ordem: Administrativo-Financeiro e Ética e Direitos Humanos, durante a manhã; Orientação e Fiscalização e Seguridade Social, durante a tarde. Entre a manhã e a tarde, a assistente social, membra da gestão da Seccional Norte Fluminense e musicista – Marcia Estulano – e a violonista da Escola de Talentos – Bárbara Vitória Rosa – fizeram apresentação cultural com menção ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

No dia 26 de julho de 2024, seguiu-se com os eixos temáticos, Comunicação; Formação Profissional e Relações Internacionais (eixos concomitantes), encerrando com a Plenária Final de apresentação das sínteses de cada eixo.

A consolidação deste relatório apresenta-se em sínteses, construídas nos debates coletivos, a partir da troca realizada em cada eixo. Os subsídios destes debates seguem nos anexos, com as sínteses dos regionais.

Desta forma, o 51^o Encontro Descentralizado Sudeste foi um espaço para construção de sínteses da região, no sentido de contribuir para o monitoramento das ações do conjunto CFESS-CRESS, e para o eventual reordenamento da agenda política no espaço deliberativo do Encontro Nacional, a partir do balanço realizado no segundo ano da gestão trienal.



AGRADECIMENTOS

Agradecimento à **UERJ**, na figura das **professoras Ana Paula Procópio, Simone Lessa e do professor Renato Veloso**;

Agradecimento aos conferencistas, **Guilherme Almeida e Elizabeth Oliveira**;

Agradecimento aos artistas, **Jerry Cariry, Renato Veloso, Marcia Estulano e Bárbara Vitória Rosa**;

Agradecimento aos **GRESS Sudeste**, que caminharam juntos no processo de construção desse encontro que é nosso!

Agradecimento ao **CFESS**, pelo empenho em conduzir a construção de metodologias de planejamento que nos favoreçam na luta de gerir não apenas um conjunto, mas a continuidade de uma profissão socialmente referenciada ética e politicamente;

Agradecimento às **assistentes sociais de base** presentes: Somos Conjunto **CFESS-CRESS**, por isso precisamos construir uma UNIDADE NA LUTA.

Agradecimento às **companheiras da gestão do CRESS-RJ (Sede e Seccionais)**. De modo especial à **Comissão de Eventos**.

De modo especial, agradecemos a equipe de trabalhadores que esteve presente para que o Descentralizado Sudeste fosse realizado:

- Allan Botelho
- José Guilherme Marques
- Celio Albuquerque
- Alexandre Aride
- Paulo Roberto Moreira
- Simone Moreira
- Rita Ramos
- Ingrid Vieira
- Norma Rispoli
- Mariana Freire
- Mônica Arkader
- Fátima Valentim
- Marenilse Saturnino
- Nízia Vieira
- Rosângela Maia



PROGRAMAÇÃO

24/07/24

8h30 do dia 24 às 12h do dia 25 – Credenciamento

9h às 16h – Fórum das CPE e COFI

14h às 16h – Encontros do Fórum Nacional de Formação e Trabalho Profissional e Comitês

18h – Coquetel

19h - Abertura do 51º Descentralizado da Região Sudeste do Conjunto CFESS-CRESS – Apresentação Cultural com o cantor Jerry Cariry

19h15 – Lançamento de E-book – Comemoração dos 40 anos da COFI do CRESS-RJ

19h50 – Mesa de Abertura – CRESS-RJ, CRESS-SP, CRESS-MG e CRESS-ES; CFESS; ABEPESS; ENESSO; Centro de Ciências Sociais - CCS/UERJ e Faculdade de Serviço Social – FSS/UERJ

20h35 – Mesa de Debate sobre o tema: **“NOSSOS CORPOS NÃO SÃO ALVOS! Serviço Social na resistência cotidiana para a transformação societária radical”** – Prof. Guilherme Silva e Elizabeth Oliveira.

21h20 - Debate

21h50 – Informes e encerramento



Mesa de Abertura com representações do CFESS, CRESS-RJ, CRESS-SP, CRESS-MG, CRESS-ES, ABEPESS, ENESSO e da UERJ - Centro de Ciências Sociais e Faculdade de Serviço Social.



Apresentação Cultural com o cantor Jerry Cariry.



Mesa de credenciamento das Delegações.



Mesa de Apresentação do Escopo da Comemoração dos 40 anos da COFI do CRESS-RJ com as agentes fiscais Nízia Vieira e Marenilse Saturnino e a coordenadora Mossicleia Mendes

51^o ENCONTRO DESCENTRALIZADO DOS GRESS DA REGIÃO SUDESTE



25/07/24

- 8h30 – Abertura dos trabalhos com chamada das delegações, aprovação do Regimento Interno do Descentralizado e explicação sobre a organização e metodologia
- 10h às 13h – Eixos Administrativo-Financeiro e Ética e Direitos Humanos
- 15h – Apresentação Cultural e orientações gerais
- 15h30 às 18h30 – Eixos Orientação e Fiscalização e Seguridade Social
- 18h30 – Confraternização (Kaza 123)

26/07/24

- 9h às 12h – Eixos Relações Internacionais e Formação Profissional e Comunicação
- 12h30 às 13h30 – Plenária Final
- 13h30 – Encerramento



Assistente Social e Professor da UFRJ, Guilherme Almeida, durante a Mesa de Debate: "NOSSOS CORPOS NÃO SÃO ALVOS! Serviço Social na resistência cotidiana para a transformação societária radical".



Apresentação cultural com Marcia Estulano, da Seccional Norte Fluminense (GRESS-RJ) e Bárbara Vitória Rosa.



Assistente Social Elizabeth Oliveira durante a Mesa de Debate: "NOSSOS CORPOS NÃO SÃO ALVOS! Serviço Social na resistência cotidiana para a transformação societária radical".



Coquetel ao som do professor e DJ Renato Veloso.



Representantes das
Delegações do Espírito Santo
e do Rio de Janeiro fazem
leitura do Regimento Interno
do Descentralizado Sudeste
para aprovação.

REGIMENTO INTERNO DO 51º ENCONTRO DESCENTRALIZADO SUDESTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, REALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Art. 1º. Os Encontros Descentralizados Regionais estão previstos no artigo 24 § 1º da Resolução Cfess nº 469/2005 do Estatuto do Conjunto Cfess-Cress (Resolução Cfess nº 469/2005).

Parágrafo Único – Os Encontros Descentralizados Regionais possuem natureza consultiva e preparatória das temáticas para o 51º Encontro Nacional Cfess-Cress, podendo incluir outros temas de âmbito regional e configuram-se como espaços de formação, de trocas de experiências, de ações coordenadas e coletivas da região e para organização política, em face de suas particularidades.

Art. 2º. Ocorrem anualmente em cada região geográfica do país: norte, nordeste, sudeste, centro-oeste e sul.

Art. 3º. São sediados por um dos CRESS, em definição coletiva daqueles que compõem a região.



Art. 4º. Em cada Encontro Descentralizado Regional é definido o CRESS sede do ano subsequente, obedecendo ao sistema de rodízio, sempre que possível.

Art.5º. O Encontro Regional Descentralizado Cress-Cress 2024 da Região Sudeste será realizado na cidade do Rio de Janeiro, no período de 24 de julho de 2024 a 26 de julho de 2024, sob a responsabilidade do CRESS 7ª Região, sendo as datas definidas pelo conjunto dos CRESS que compõem cada região geográfica.

Art.6º. **Das Responsabilidades:**

I. As responsabilidades de organização dos Encontros Descentralizados Regionais são partilhadas entre o CFESS, CRESS Sede e demais CRESS, a saber:

II. **Responsabilidade do CFESS:**

- a. Garantir a presença da sua delegação que poderá ser composta de conselheiros/as, assessorias, funcionários/as, convidados/as, a critério da decisão do Conselho Pleno, arcando com as despesas de participação dos/as seus/suas representantes.
- b. Informar aos CRESS o período de realização dos Encontros, em conformidade com o artigo 6º deste Regimento.
- c. Prestar orientações pertinentes à realização dos Encontros de modo a contribuir com a sua organização.
- d. Opinar sobre a proposta de programação, elaborada pelo CRESS Sede.
- e. Elaborar Termo de Fomento com o Cress Sede do Encontro, visando o repasse de contribuição financeira para apoiar a realização do evento, no valor de até R\$ 8.000 (oito mil reais).
- f. Definir o prazo de envio do relatório final dos Encontros para consolidação pelo CFESS.
- g. Elaborar e encaminhar aos CRESS o instrumental padronizado a ser utilizado para registro das propostas do Encontro em todas as regiões.
- h. Consolidar os cinco relatórios finais dos Encontros Descentralizados Regionais para apreciação e deliberação no Encontro Nacional CFESS-CRESS.
- i. Enviar aos CRESS o Relatório Consolidado dos Encontros Descentralizados Regionais, com a maior antecedência possível em relação à data de início do Encontro Nacional CFESS-CRESS.
- j. Preparar sua delegação para participar das análises e debates do Encontro.

III. **Responsabilidades dos CRESS Sede**

- a. Garantir a presença da sua delegação que poderá ser composta de conselheiros/as, membros das seccionais, assessorias, funcionários/as, convidados/as, agentes fiscais, assistentes sociais de base, a critério da decisão do Conselho Pleno, arcando com as despesas de participação dos/as seus/suas representantes.



- b. Definir a data de realização em conformidade com o período indicado pelo CFESS, após consulta aos demais CRESS da região.
- c. Definir a dinâmica e programação do Encontro, levando em consideração as temáticas a serem discutidas no Encontro Nacional CFESS-CRESS, sem prejuízo da inclusão de outros temas regionais, com participação dos demais CRESS da região.
- d. Divulgar a programação aos demais CRESS da região e ao CFESS.
- e. Providenciar local para realização do Encontro, compatível com a programação definida.
- f. Arcar com as despesas de infraestrutura para realização do Encontro, de acordo com a previsão orçamentária do CRESS.
- g. Elaborar Plano de Trabalho para acessar recursos disponibilizados pelo CFESS por meio de Termo de Fomento.
- h. Realizar a prestação de contas ao CFESS referente ao valor repassado por meio do Termo de Fomento, observando as orientações e prazo estabelecidos neste instrumento
- i. Elaborar o relatório final do Encontro enviando ao CFESS na data por este determinada.
- j. Preparar sua delegação para participar das análises e debates do encontro.

III. Responsabilidades dos demais CRESS

- a. Garantir a presença da sua delegação que poderá ser composta de conselheiros/as, membros das seccionais, assessorias, funcionários/as, convidados/as, agentes fiscais, assistentes sociais de base, a critério da decisão do Conselho Pleno, arcando com as despesas de participação dos/os seus/suas representantes.
- b. Contribuir na elaboração da programação do Encontro em parceria com os demais CRESS.
- c. Preparar sua delegação para participar das análises e debates das propostas que serão objeto de discussão.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 7º. Com base na metodologia aprovada no 42º Encontro Nacional (2013) que prevê a elaboração de um planejamento trienal em três etapas: **planejamento, monitoramento e avaliação**, o Encontro Descentralizado Regional CFESS-CRESS 2024 (monitoramento) tem como finalidade:

- I. Discutir temáticas de interesse nacional e regional que contribuam para fundamentar os eixos de planejamento da agenda do Conjunto CFESS-CRESS, conforme programação do evento;
- II. Discutir as deliberações do 50º Encontro Nacional CFESS-CRESS (2023), monitorando sua implementação e considerando o seu cumprimento por meio de uma análise e síntese geral por eixo temático;
- III. Realizar monitoramento a partir de instrumental específico;
- IV. Reunir subsídios para aperfeiçoamento do planejamento (plano de metas/planejamento orçamentário) de cada entidade (CRESS e CFESS) para o ano de 2025.



CAPÍTULO III DAS/DOS PARTICIPANTES

Art. 8º. As/Os participantes do 51º Encontro Descentralizado serão distribuídas/os em duas categorias:

I. Delegadas/os com direito a voz e voto:

Dos Cress: as/os assistentes sociais inscritas/os e ativas/os no âmbito de jurisdição de cada um dos 4 (quatro) Conselhos Regionais, devidamente eleitas/os em assembleia geral da categoria, conforme estabelecido no Estatuto do Conjunto CFESS-CRESS.

II. Participantes com direito a voz:

a) observadoras/es: assistentes sociais indicadas/os na assembleia geral da categoria, conforme estabelecido no Estatuto do Conjunto CFESS-CRESS; e

b) convidadas/os: indicadas/os em reunião do Conselho Pleno dos CRESS.

Art. 9º. Cada delegada/o, devidamente credenciada/o, conforme prevê o Capítulo IV, terá direito a 01 (um) voto.

§ 1º As votações serão feitas através do uso do crachá fornecido às/aos delegadas/os no ato do seu credenciamento no 51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste.

§ 2º As votações serão feitas por contraste dos crachás e, em caso de dúvida, por contagem dos votos.

CAPÍTULO IV DO CREDENCIAMENTO

Art. 10º. O credenciamento das/os participantes do 51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste do Conjunto CFESS-CRESS ocorrerá nos dias 24 de julho de 2024 das 8h30 às 20h, prosseguindo no dia 25 de julho das 8h30 às 12h.

Art. 11º. As categorias das/os participantes do art. 7º serão diferenciadas pelo crachá.

Parágrafo único - Cabe às/aos delegadas/os a responsabilidade pelo seu crachá, que não será substituído em caso de perda.

CAPÍTULO V DA PROGRAMAÇÃO

Art. 12º. O tema central do 51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste será “NOSSOS CORPOS NÃO SÃO ALVOS! Serviço Social na resistência cotidiana para a transformação societária radical” e será debatido e desenvolvido de modo a articular a análise de conjuntura e as diferentes dimensões de atuação do Conjunto CFESS-CRESS, em defesa do projeto ético-político



do serviço social, do exercício profissional da/o assistente social e da qualidade dos serviços prestados.

Art. 13º. A programação do 51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste se desenvolverá por meio de conferência, discussões nos grupos temáticos e plenárias de caráter deliberativas e consultivas.

§ 1º A conferência de abertura ocorrerá no dia 24 de julho, tendo como tema: “NOSSOS CORPOS NÃO SÃO ALVO! Serviço Social na resistência cotidiana para a transformação societária radical”, conforme programação:

§ 2º A apreciação do Regimento Interno do 51º Encontro Descentralizado da região Sudeste ocorrerá no dia 25 de julho de 2024, no primeiro horário, conforme § 1º.

§ 3º Os grupos temáticos se reunirão nos dias 25 e 26 de julho.

§ 4º A plenária final de apreciação dos debates e encaminhamentos oriundos dos grupos temáticos ocorrerá no dia 26 de julho de 2024.

Art. 14º. Será constituída uma comissão, com representações dos CRESS-RJ, SP, ES e MG para elaborar a Carta Política do Encontro Descentralizado Sudeste, cujo tema deverá ser referendado na plenária de aprovação do Regimento, prevista no parágrafo segundo do art. 9º deste Regimento, sendo seu texto aprovado na plenária final.

CAPÍTULO VI DO FUNCIONAMENTO DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Art. 15º. Nas discussões dos eixos temáticos deverão ser contemplados aqueles que compõem as deliberações do Encontro Nacional CFESS-CRESS: administrativo-financeiro; ética e direitos humanos; orientação e fiscalização; seguridade social; relações internacionais e formação profissional e comunicação.

§ 1º As discussões nos eixos deverão enfatizar o processo de monitoramento que cada CRESS e o CFESS vêm realizando. Deverão abordar aspectos gerais de uma análise e síntese geral da execução das deliberações de cada eixo temático, assim como outros aspectos relevantes, com vistas ao planejamento das ações da entidade para o ano seguinte;

§ 2º As análises deverão seguir conforme instrumental enviado pelo CFESS, subsidiado pelas perguntas norteadoras:

- I. Pertinência e relevância das deliberações em face da realidade local e regional;
- II. Condições objetivas do cumprimento das deliberações;
- III. Capilaridade das ações de cumprimento das deliberações frente à categoria e
- IV. Prioridades para 2024 (segundo semestre) e 2025.

Art. 16º. Os grupos temáticos terão a seguinte dinâmica de funcionamento:



- I. Cada grupo temático contará com duas/dois coordenadoras/res, definidas pela Comissão Organizadora dos CRESS para o Descentralizado.
 - II. O limite do tempo das intervenções orais deverá ser acordado no início dos trabalhos, acrescido de um (1) minuto quando houver necessidade de pessoa com deficiência ou pessoa neurodivergente.
 - III. Cada grupo temático contará com o apoio de até duas (2) pessoas na relatoria do CRESS-RJ, que farão o registro final das propostas, sob orientação da coordenação.
- § 1º Os trabalhos poderão ser iniciados com a apresentação de informes gerais por parte da Comissão Organizadora do Descentralizado e/ou CFESS de assuntos correlatos.

Art. 17º. As moções deverão ser apresentadas dentro do eixo que se relaciona antes do término dos trabalhos para apreciação das/os delegadas/os presentes no grupo temático.

§ 1º As considerações e moções que constarão no relatório final serão aquelas referendadas na plenária final do Encontro.

§ 2º Fica instituída uma comissão de análise das moções, composta pela comissão organizadora e assessorias jurídicas dos CRESS presentes para, se necessário, alertar quanto a possíveis implicações jurídicas e/ou éticas decorrentes do conteúdo das moções.

§ 3º No caso de uma consideração não obter consenso, serão incluídas no relatório final todas as formulações apresentadas em relação à matéria em discussão.

§ 4º Moções de âmbito estadual ou regional referendadas na plenária devem constar no relatório final, cabendo ao CRESS-RJ o encaminhamento aos respectivos destinatários.

§ 5º Propostas de moções de caráter nacional referendadas na plenária final, deverão constar no relatório final do Encontro Regional Descentralizado e serão reapresentadas nos eixos temáticos no Encontro Nacional para apreciação.

Art. 18º. Os casos omissos neste Regimento serão dirimidos por uma comissão formada por um representante de cada CRESS, presentes no evento, que deverá ser indicado pelas respectivas entidades antes do início das discussões das propostas.

CAPÍTULO VII DA PLENÁRIA FINAL

Art. 19º. A plenária final de caráter deliberativo e de referendo, será conduzida por um representante do CRESS-RJ, com apoio de outro regional a ser definido pela Comissão Organizadora.

Art. 20º. Cada coordenação de eixo procederá à leitura do resultado das discussões por eixo temático, conforme instrumental definido pelo CFESS para o período de monitoramento.

§ 1º O referendo dos resultados será feito a cada apresentação de eixo.

§ 2º As deliberações permanentes são obrigatórias, devendo ser construídas e discutidas nos eixos de referência, e submetidas à plenária final, espaço em que serão referendadas para encaminhamento à etapa deliberativa, que ocorrerá no Encontro Nacional. São elas:



- I. Correção e parcelamento da Anuidade de pessoa física e jurídica, especificando o patamar máximo e mínimo das anuidades do exercício de 2024 a serem praticadas em 2025, para pessoa física, bem como descrição da quantidade de parcelas e datas de vencimentos;
 - II. Correção dos valores de taxas emolumentos;
 - III. Descontos para pagamento em cota única das anuidades para pessoas física e jurídica;
 - IV. Proposta de tema para o 15 de maio de 2025;
- § 3º Fica pactuado que as intervenções orais terão duração de até três minutos.

Art. 21º. Constarão do relatório do 51º Encontro Descentralizado Sudeste do Conjunto CFESS-CRESS todas as análises apreciadas na Plenária Final.

Parágrafo Único. As deliberações permanentes, conforme consta no art.º 19 são obrigatórias e constarão do Relatório Final.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º. Os casos omissos neste Regimento serão dirimidos por uma comissão formada por um representante de cada CRESS, presentes no evento, que deverá ser indicado pelas respectivas entidades antes do início das discussões das propostas.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2024.

SÍNTESES FINAIS

**DA REGIÃO
SUDESTE**

ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO



Márcia Nogueira
(CRESS-RJ) faz destaque
durante eixo coordenado
pelas Delegações de
São Paulo e Espírito Santo.
Relatoria: Simone Moreira.



Delegações presentes
no Eixo-Administrativo
Financeiro, em 25/7.



EIXO: ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO.

1 – PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Realização de debate sobre a metodologia de monitoramento;
Identificação de compreensões diversas nos registros das Regiões;
Realização de debate sobre as condições objetivas com cumprimento das deliberações;
Compreendemos que o conjunto das deliberações contidas neste eixo se relacionam diretamente com o direcionamento do Cfess e das demais legislações que regem a administração pública;

OBS.: Não houve divergência nos pontos mencionados pelos Regionais.

2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Observa-se que alterações na composição das gestões dos CRESS traz impactos para o cumprimento dos temas deliberados. É relevante salientar que as gestões dos regionais não possuem liberação de carga horária de trabalho.

Foram trazidas também questões relacionadas aos recursos humanos no Conjunto, em termos de tendências, inclusive no que se refere à composição diante de questões como tecnologia de informação, proteção de dados, gestão documental, outras formas de pagamento da anuidade. Identifica-se como desafios a implementação de modalidades de inscrição das dívidas ativas em cartório (protestos) e a necessidade de incidência do CFESS para cumprimento das deliberações previstas para 2024.

OBS.: Não houve divergência nos pontos mencionados pelos Regionais.

3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Diante das dificuldades em relação a capilaridade é indicada a realização de ações e de investimentos em ferramentas virtuais como: os serviços online; mala direta; mensagens de sms/whatsapp; correspondências formais; produção de vídeos explicativos. Destaque para a necessidade de criação de ações pedagógicas acerca da importância da adimplência o que deve envolver as Universidades tratando o tema já na graduação, bem como investimentos na Política



de Comunicação do Conjunto; Sugestão de criação de instrumental que possibilite uma avaliação sobre a capilaridade das temáticas junto à categoria;

Necessidade de investimentos no diálogo com a categoria sobre as condições de trabalho da Gestão dos CRESS, para conhecimento de que não há liberação do trabalho, não há remuneração, etc.

OBS.: Não houve divergência nos pontos mencionados pelos Regionais.

4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Diante das discussões o sudeste elenca como prioridades: Os quatro primeiros temas são permanentes, portanto, continuam como prioridade. O tema 5: enfrentamento a inadimplência. Tema 6: gestão do trabalho; tema 7: gestão documental. Tema 8: código eleitoral. Tema 9. Diretrizes para o Planejamento do Conjunto CFESS/CRESS. Tema 10: inscrição e emissão de documento de identidade profissional. Tema 11: anotação de responsabilidade técnica (ART). Tema 12: padronização de formulários. Tema 13: estruturação dos comitês.

Diante disso, acumulamos o debate em torno de: a) dialogar com a categoria sobre adimplência na comunicação. B) investir no debate sobre as modalidades de trabalho no âmbito do conjunto CFESS/CRESS. C) reorganizar e priorizar o cronograma para revisão do código eleitoral (experiências concretas com as seccionais dos CRESS RJ, MG e SP). D) a gestão do trabalho e ações de educação permanente.

Deliberações Permanentes:

- **Correção e parcelamento da Anuidade de pessoa física e jurídica, especificando o patamar máximo e mínimo das anuidades do exercício de 2024 a serem praticadas em 2025, para pessoa física, bem como descrição da quantidade de parcelas e datas de vencimentos.**
- **Correção dos valores de taxas emolumentos.**
- **Descontos para pagamento em cota única das anuidades para pessoas física e jurídica.**

OBS.: Não houve divergência nos pontos mencionados pelos Regionais.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS



Coordenação do Eixo pelas
Delegações de Minas Gerais
e São Paulo. Relatoria:
Lucas Brandão.



Coordenadores do Eixo
Ética e Direitos Humanos
e Delegações ao fundo,
em 25/7.



EIXO: ÉTICA E DIREITOS HUMANOS.

1 – PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Observa-se que há convergência no que tange a relevância e pertinência das pautas, considerando as especificidades regionais, com destaque ao combate ao racismo, laicidade do Estado, LGBTQIA+fobias, defesa do nome social, combate a violência de gênero, capacitismo e importância da mobilização das comissões de instrução.

Os regionais apresentaram a mesma compreensão em relação a pertinência e relevância dos temas deliberados no processo de planejamento, ainda que cada tema teve intensidades específicas conforme a realidade de cada região. Ressaltou-se a importância de temas eclodidos no conjunto como a temática do aborto legal, o combate ao racismo, laicidade do Estado, LGBTQIA+fobias, garantia do uso do nome social, combate a violência de gênero, enfrentamento ao capacitismo, revogação da Lei de Alienação Parental e importância da mobilização das comissões de instrução

OBS.: Não houve divergência nos pontos mencionados pelos Regionais.

2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Houveram convergências nos impecílios identificações para a realização das ações, com destaques para dificuldades regionais apontadas na síntese.

Pontos destacados que impactam nas condições objetivas para a efetivação das ações são: especificidade da dimensão territorial de algumas regiões; renúncias e afastamentos de profissionais nas direções; ausência de redução de carga horária para atuação na direção dos conselhos; escassez de funcionários nos conselhos; o crescimento de áreas dominadas por milícias, destacado pelo CRESS/RJ e com apontamento pelo CRESS/SP de preocupação da realidade na região; a ofensiva conservadora dentro e fora da categoria profissional.

Houve manifestação de discordância com relação ao impacto da responsabilidade do CFESS para realização de algumas ações dos CRESS, destacada pelo CRESS/MG, no que diz respeito a pauta 3, de laicidade do Estado e 4.4 de acessibilidade e luta e anticapacitista, ao qual contou com informe dos conselheiros do CFESS que estão sendo realizadas atividades



3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Como ponto de convergência, houve capilaridade das ações realizadas pelos regionais, ainda que tivessem sido apontadas dificuldades no diálogo com a categoria devido a ofensiva conservadora com temas referente as ações como racismo, direito ao aborto, justiça ambiental, população em situação de rua, LGBTI+fobia, e laicidade do Estado que devem permanecer prioritizadas e intensificadas nas regiões.

Destaca-se com relação a metodologia do instrumental que seria necessário pensar indicadores no processo de monitoramento das ações, de modo a construir parâmetros nas respostas das questões deste instrumental a serem elaboradas pelos regionais. Ressalta-se a necessidade de criação de estratégias para o diálogo e aproximação da base da categoria profissional no que diz respeito as pautas e ao fortalecimento das comissões de instrução.

OBS.: Não houve divergência nos pontos mencionados pelos Regionais.

4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Reafirmar de se priorizar as bandeiras de luta de combate a LGBTI+fobia, com enfoque no combate a transfobia, do racismo, de defesa da laicidade do Estado, do anticapacitismo, pela defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, dos povos originários e da descriminalização do aborto seja, realizadas cotidianamente, e que estejam presentes em todas as ações.

Os regionais de forma geral apresentaram suas prioridades conforme o estabelecido no processo de planejamento e quais ações seguem pendentes. Entretanto, foi ponderado a importância de incidir e reafirmar as ações que correspondem as defesas históricas e que devem ser trazidas enquanto prioridades política em sua execução. Como da necessidade de priorização da criação de comitês de combate ao racismo; enfrentamento a LGBTI+fobia, com enfoque ao enfrentamento a transfobia e defesa dos direitos da população trans; gordofobia e etarismo; justiça ambiental; povos originários; descriminalização do aborto e a atuação profissional nesse contexto.

Destaca-se com relação a metodologia do instrumental que seria necessário estabelecer indicadores para todo o processo de planejamento, monitoramento e avaliação das ações, de modo a construir parâmetros para as respostas das questões deste instrumental a serem elaboradas pelos regionais.



PONTO DE DIVERGÊNCIA:

Foi apresentada divergência com relação a apresentação da data de 20 de novembro como prioridade sem apresentar a essência da discussão do combate ao racismo

LEMBRETE:

Destaque para acúmulos e debates sobre os temas Aticapacitismo e Antirracismo.

Ao final do eixo foram aprovadas as seguintes moções:

- Moção de Apoio ao Dia 25 de julho – Dia Internacional Da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha
- Moção de Repúdio à Câmara Municipal do Rio de Janeiro pela Aprovação do Projeto de Carlos Bolsonaro, que criou O Dia do Conservadorismo.
- Moção de Apoio ao Movimento Vat – Vida Após Trabalho – Pelo fim Da Escala 6x1.
- Moção de Repúdio ao Projeto De Lei 1904 – O PL prevê punição de detenção a crianças, adolescentes, mulheres que realizem aborto após 22 semanas de gestação.

ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Coordenação do Eixo de
Orientação e Fiscalização
pelas Delegações de
São Paulo e Minas Gerais.
Relatoria: Marcella Azevedo.



Delegações presentes
no Eixo Orientação e
Fiscalização, em 25/7.



EIXO: ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

1 – PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Os temas pontuados nas deliberações são todos pertinentes e relevantes à realidade da Orientação e Fiscalização, observando-se a quantidade e diversidade de demandas que chegam para a região sudeste. Dois regionais (ES e SP) indicaram a não incidência e/ou incipiência de alguns temas deliberados, ponderando-se a necessidade da ampliação do debate durante o planejamento daquilo que é específico de cada regional e daquelas deliberações que se expressam nacionalmente.

2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Para possibilitar condições concretas de realização das ações, foi sinalizada a importância de se garantir no planejamento orçamentário os recursos necessários para a execução das mesmas. Destacou-se, ainda, a importância de articulação entre as comissões para que os temas da COFI transversalizem as ações vinculadas ao exercício profissional. O grande volume de demandas, inclusive solicitações de ART e o esvaziamento das gestões devido à renúncia de conselheiros-os-es e membras-os-es das Seccionais, bem como o quantitativo reduzido de agentes fiscais também foi identificado como elementos que impactam diretamente o trabalho realizado pela COFI.

3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Dentre as deliberações elencadas pelo Conjunto, destacamos a adesão da categoria em relação a alguns diálogos, a saber: atribuições e competências profissionais, debate sobre estágio de pós-graduação, residência, requisições indevidas e a diferenciação entre Conselho e Sindicato, Serviço Social na Educação, dentre outros. Ainda assim, sinaliza-se a baixa adesão da categoria às atividades trazendo desafios às ações dos regionais. Registra-se que a despeito de ter sido avaliado que a pandemia trouxe impactos no que concerne à participação da categoria nas ações propostas pelos regionais no campo da orientação e fiscalização, foi observado que algumas estratégias utilizadas no período pós-pandemia foram exitosas, e esse aspecto precisa ser levado em consideração para reorientação das táticas. A título de exemplo, foram sinalizadas experiências no âmbito de regionais que promoveram a articulação das ações de orientação e



fiscalização de modo transversal, em articulação com os NUCRESS e comissões temáticas-políticas e comitês. Foram mencionados também envios de materiais produzidos no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS e diálogos com os períodos finalistas da formação em graduação.

4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Quanto ao item de monitoramento, foram sinalizadas as seguintes prioridades:

- ✓ Dar continuidade ao GT Nacional para aprimorar as Resoluções Cfess nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional e nº 556/2009, que dispõe sobre Procedimentos para efeito da Lactação do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social, com a definição de quais seriam os documentos sigilosos, de modo que conste em normativa do Conjunto;
- ✓ Emitir orientação referente ao trabalho de Assistentes Sociais na docência em atividades que envolvam coordenação e direção de curso de Serviço Social, supervisão acadêmica e docência de disciplinas em matéria de Serviço Social, explicitando mecanismos de fiscalização no que tange o art. 5º da Lei 8.662/93.
- ✓ Construir ações de orientação e fiscalização junto aos estágios de pós-graduação em Serviço Social, considerando o entendimento que se trata de trabalho profissional, assim como, elaborar documento técnico-orientativo para as residências em Serviço Social.
- ✓ Fomentar o debate sobre o exercício profissional nas forças militares, de segurança e auxiliares, elaborando estratégias de orientação e fiscalização da atuação de assistentes sociais nesses espaços sócios ocupacionais.
- ✓ Trabalho na fiscalização profissional;
- ✓ Alienação Parental;
- ✓ Conselho e Sindicato;
- ✓ Atribuições Privativas e requisições indevidas;
- ✓ Justiça Reprodutiva;
- ✓ Implementação da Lei 13.935/2019 – Serviço Social na Educação Básica.

LEMBRETE:

GT Nacional – Condições éticas e técnicas do exercício profissional aprimoramento das Resoluções CFESS nº 493/2006 e CFESS nº556/2009

SEGURIDADE SOCIAL



Delegações presentes
no Eixo Seguridade
Social, em 25/7.



Coordenação do Eixo de
Seguridade Social pelas
Delegações de Minas Gerais
e Espírito Santo. Relatoria:
Jéssica de Oliveira.



EIXO: SEGURIDADE SOCIAL

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

A pertinência e relevância das deliberações da Seguridade Social, em face da realidade local, contribuem para o processo reflexivo crítico da categoria, bem como qualifica assistentes sociais para a realização das intervenções em seus espaços de trabalho.

Temas importantes para os regionais: Educação, Saúde, Arte e cultura, Previdência, Reforma agrária, segurança alimentar e nutricional, controle social, comunidades terapêuticas, pessoa com deficiência, renda básica, questão urbana, envelhecimento com destaque para a população negra e LGBTQIA +

A temática do BPC foi destacada para ser incluída também em outras comissões, como Comissão Permanente de Ética (Avaliação biopsicossocial) e COFI (Mercantilização do benefício e atravessamento de assistentes sociais)

2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

GRESS RJ, GRESS ES e GRESS SP apresentaram questões similares em relação a redução de conselheiras e trabalhadores, além disso, percebe-se um aumento expressivo de profissionais na categoria, aumentando a demanda de trabalho no regional.

GRESS ES relatou sobre condições objetivas na vida das conselheiras, com destaque para saúde mental, principalmente por serem mulheres com toda sobrecarga existente nas desigualdades de gênero, como estratégia, mencionaram que houve ampliação no período das atividades intercomissões, que eram mensais e passaram a ser bimestrais.

Outra estratégia realizada pelos regionais foi a realização de atividades em formato online, foi apontado a necessidade de pensar o uso das plataformas remotas com cautela, considerando os pontos positivos e negativos no uso da ferramenta tecnológica.

Cansaço mental foi levantado pela delegação de SP, intensificado após a pandemia. GRESS SP levantou como estratégia a organização política da categoria, com Núcleos descentralizados nos territórios. GRESS SP elencou a necessidade de preparação das bases, a importância da comunicação com a categoria, escuta e acolhimento.

Também foi levantada a questão da conjuntura atual, inclusive orçamento público diante dos impactos na política de seguridade social, como esta questão possui repercussões nas ações profissionais e nas ações do conjunto.

Coletividade e planejamento das ações. Também tem que ser pensado quem é essa base, quais os profissionais a compõem.



3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Foram incentivadas atividades nos NUCRESS e seccionais, realizadas formações e reuniões online. Foi encaminhado ofício aos municípios falando sobre a lei 13.935 de 2019. No debate foram sinalizados alguns temas fundamentais, como: A importância de articular seguridade social à intervenção profissional; a formação continuada; a importância dos diálogos não serem endógenos, mas envolverem movimentos sociais como MST, as populações em situação de rua e outros. Foi considerado também a necessidade de ampliação e participação da base.

4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Foram considerados os seguintes temas prioritários na região: 01- Defesa da Seguridade Social Ampliada. 02- Arte e cultura; 3. Participação e Controle Social; 4. Assistência Social (Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS); 07 Pessoas com Deficiência; 08. Saúde; 9. Comunidades Terapêuticas; 10. Educação; 11. Reforma Agrária; 12 . Questão urbana, habitação, direito à cidade e justiça ambiental; 14. Segurança alimentar.17. Plataformização e condições de trabalho;

Ao final do eixo foram aprovadas as seguintes moções:

- Moção de Repúdio contra a privatização na rede Federal no SUS no RJ
- Moção 30 horas é lei. Precisa ser assegurada.
- Moção de Repúdio ao " novo" parecer CNE nº 50
- Moção de apoio da greve do INSS

RELAÇÕES INTERNACIONAIS FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Coordenação dos Eixos
concomitantes pelas
Delegações de Minas Gerais
e Espírito Santo. Relatoria:
Rafaela Ribeiro.



Delegações presentes nos
Eixos concomitantes de
Formação Profissional e
Relações Internacionais,
em 26/7.



EIXO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

1. As deliberações tiveram pertinência e relevância para a região, destacando o compromisso com a formação antirracista, anticapacitista, antiLGBTQIA+fóbica, antissexista e antietarista.
2. Em relação aos fóruns, reforçamos sua importância e os desafios da organização em âmbito local, regional e nacional, sinalizando a importância dos Fóruns regionais e Nacional.
3. Destacamos as seguintes estratégias para cumprimento das deliberações: reuniões da comissão de formação, Fóruns, atividades inter-comissões, encontro estadual das UFAS, grupo de estudos nas reuniões da comissão, fortalecimento dos comitês.

2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Para condições objetivas de cumprimento das ações:

- 1-construção de agenda para os Fóruns de Formação e Trabalho Profissional com ênfase na abertura de novos cursos;
- 2-fortalecimento das Comissões de Formação com participação das Escolas, ABEPSS e ENESSO;
- 3-fortalecimento dos Fóruns Regionais e Nacional de estágio com participação dos sujeitos que compõem o Estágio Supervisionado;
- 4-importância da criação de Portarias para as Comissões de Formação;
- 5-Aumento de renúncia nas gestões.

3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

As diversas ações realizadas pelos CRESSs na região sudeste operacionalizados por meio de oficinas, cursos on-line ou presenciais e articulação junto aos Fóruns de estágio indicam um alcance satisfatório, contribuindo para capilaridade com a categoria.



4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Fortalecimento dos Fóruns Regional e Nacional priorizando a discussão nesses espaços dos seguintes temas: estágio na pós-graduação; residências; formação antirracista, anticapacitista, antiLGBTQIAPN+fóbica, antissexista e antietarista; aberturas de cursos públicos presenciais. Como estratégia também dialogou-se sobre a necessidade de realização de mapeamento acerca do quantitativo de profissionais formados nas diversas modalidades de ensino.

LEMBRETE:

Importante debater sobre o andamento dos Fóruns Regionais em defesa da formação e do trabalho de qualidade em Serviço Social.



EIXO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

A região sudeste considera de fundamental importância as deliberações do eixo RI para com a categoria profissional, contudo as ações ainda não foram priorizadas.

2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

A região não executou as ações do eixo.
As deliberações do Eixo demandam uma atuação que extrapola a atuação regional uma vez que se vincula a questões de âmbito nacional e internacional.

3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

O conjunto das deliberações não foi priorizado.

4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

A região compreende que é necessário aprofundar o conceito de internacionalização para direcionamento das ações; sugere como indicativo para o próximo triênio, avançar em debates internacionais que estão latentes como a questão da Palestina, guerras civis na África, cenário político internacional, sobretudo latinoamericano e estadunidense. Compreendemos como prioridade o tema 4 (refugiados/as, povos indígenas e países de fronteiras).

COMUNICAÇÃO



Coordenação do Eixo pelas
Delegações do Espírito Santo
e São Paulo. Relatoria:
Mariana Freire.



Delegações presentes
no Eixo Comunicação,
em 26/7.



EIXO: COMUNICAÇÃO

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Foi identificado como comum aos regionais o aprofundamento no estudo da PNC e que isso precisa se manter. Houve forte capilaridade da campanha do 15 de maio em todos os CRESS. Os regionais têm priorizado a produção de materiais que contemplem a diversidade e que sejam acessíveis, o que leva à adesão maior da base. Foi identificada a necessidade contínua de aproximação da comunicação junto aos movimentos sociais e populares, bem como a aproximação efetiva da categoria e como possibilidade de ampliação da base. Por fim, foi destacada a necessidade de priorizar a comunicação a respeito das funções precípuas do Conjunto.

2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Todas as regionais apresentaram condições objetivas no cumprimento das deliberações, tendo sido levantados alguns desafios. Foi comum aos regionais a importância da participação de profissionais da base na comissão de comunicação, bem como de agentes fiscais e conselheiras que estejam em outras comissões. As condições objetivas de trabalho, as terceirizações e precarizações são desafios comuns. Cabe destaque a permanente necessidade de direcionamento político junto às assessorias de comunicação.

3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Houve capilaridade, ressaltando alguns potencializadores, como o uso de ferramentas e tecnologias digitais, pontuando a necessidade do direcionamento político nesse uso. Atenção ao trato de dados sensíveis (Lei Geral de Proteção de Dados). Foi pontuada a produção e utilização de materiais institucionais para a categoria como forma de aproximação, acolhimento e reforço a uma identidade profissional e pertencimento ao Conjunto CFESS-CRESS. Destaque à importância da socialização de materiais produzidos pelos CRESS e pelo CFESS entre os regionais. Foi pontuada a importância da produção coletiva de materiais, como a carta de serviços do CRESS-RJ com a implicação de diferentes setores, entre profissionais, graduandos, gestão e base. As atividades fomativas – online e presenciais – são espaços de socialização das informações do conjunto e de exercer a comunicação como direito. Um desafio apresentado foi a necessidade do amadurecimento de respostas a situações imediatas e qual o tipo de resposta mais adequada



(vídeo, nota pública, nota técnica etc.), medindo os riscos de impossibilidade de aprofundamento das questões frente ao tempo

4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

SÍNTESE DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE:

Como prioridade, o regional destaca o tema 3 – Fortalecimento da Política Nacional de Comunicação –, o tema 4 - luta pela democratização da comunicação -, tema 5 – seminário de comunicação. Destaque para os itens 6 – acessibilidade – e 7 – comunicação e diversidade – entendendo-os como temas estruturantes e transversais.

Em relação ao tema do 15 de maio de 2025, o CRESS-RJ propôs o tema Justiça climática em debate: essa luta também é do Serviço Social, que dialoga com temáticas como Racismo Ambiental, Crise Estrutural do Capitalismo e o trabalho de Assistentes Sociais em contexto de calamidade pública e “desastres”, o que foi corroborado com os outros CRESS e estava em consonância com o tema apresentado pelo CFESS - Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas.

Necessário ressaltar como sugestão de metodologia de planejamento, monitoramento e avaliação entender melhor o perfil dos profissionais que se inscrevem nas atividades, inclusive os que não comparecem, para trazer temas mais alinhados com as demandas desses participantes. Contruir formulários em que possam entender mais as profissionais, bem como perceber reações nas redes das peças de comunicação, e entender como as deliberações se articulam com a realidade.

Deliberação sobre o tema de 15 de maio: Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas. O tema foi aprovado em unanimidade.

MOÇÕES APROVADAS



Leitura da Moção de Repúdio ao "Novo" Parecer do Conselho Nacional de Educação nº50/2023 pela Delegação do Rio de Janeiro.



Leitura da Moção de Repúdio à instituição do Dia Municipal do Conservadorismo pela Delegação do Rio de Janeiro.



Leitura da Moção de Apoio ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza pela Delegação de São Paulo.



Leitura da Moção de Repúdio ao Projeto de Lei 1904/2024 - "PL do Estuprador" - pela Delegação de São Paulo.



MOÇÃO DE REPÚDIO AO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA; MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CONADE PELO “NOVO” PARECER CNE Nº50/2023

Esta moção foi enviada ao CFESS para que seja apreciada no Encontro Nacional CFESS-CRESS.

Nós, assistentes sociais reunidas no 51º Encontro Descentralizado dos CRESS da Região Sudeste, manifestamos repúdio ao suposto novo texto do Parecer 50 do CNE.

O parecer 50, intitulado “Nortear”, propõe diretrizes para o atendimento educacional especializado para estudantes autistas no contexto das escolas regulares. O parecer aguarda homologação pelo atual ministro da educação, senhor Camilo Santana.

Diante dos protestos de movimentos sociais de pessoas com deficiência e coletivos de trabalhadores da educação, foi proposta como solução a reestruturação do texto com vistas à homologação.

Contudo, o novo texto apresentado não dialoga com as reivindicações da sociedade civil e persiste em equívocos que contradizem o mandato social da escola e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI/2008).

Um primeiro ponto a ser destacado é o fato de que a prática pedagógica não se baseia em diagnóstico. Sendo inclusive vedada a cobrança de laudos médicos para que os estudantes tenham acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme Nota Técnica nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE.

A proposição de orientações específicas para o atendimento de estudantes autistas, baseada em técnicas comportamentais, contradiz os próprios princípios da Educação Inclusiva e viola o direito das pessoas autistas à livre expressão de suas características. É uma medida capacitista na medida em que recoloca a pessoa autista no lugar de “paciente” em um contexto no qual ela deve ocupar a posição de estudante.

É importante destacar que não há no documento a indicação de possíveis conflitos de interesses de seus proponentes. Esse é um ponto relevante, visto que no grupo que escreveu o parecer em questão há pessoas que vendem cursos que contemplam o extenso conteúdo programático estipulado no documento como obrigatório para a formação dos acompanhantes especializados.

O novo texto mantém a indicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos autistas. Bem como promove desinformação sobre o caráter do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), que é o instrumento atualmente referendado para utilização no contexto da educação inclusiva.



A desqualificação das estratégias até então construídas para a operacionalização da educação inclusiva está atrelada a promessa de que as orientações apresentadas solucionariam todas as barreiras que estudantes autistas enfrentam no processo de escolarização. Questões estruturais que obstaculizam a implementação de tais estratégias – como a falta de investimentos na educação inclusiva – são convenientemente omitidas.

Sendo assim, a nova redação do Parecer CNE 50 não soluciona os problemas pontuados pelos movimentos sociais de pessoas com deficiência e pelos coletivos de trabalhadores da educação. A homologação do Parecer CNE 50 seria um grande retrocesso para a educação brasileira e um ataque direto aos direitos de estudantes autistas.

Desse modo, considerando o compromisso do Conjunto CFESS-CRESS com a luta anticapacitista e com a defesa da Seguridade Social em sua perspectiva ampliada, repudiamos veementemente a possível homologação do Parecer CNE 50, dada sua incompatibilidade com os preceitos da educação inclusiva.

Rio de Janeiro , 25 de julho de 2024.

**Aprovada na plenária final do 51º Descentralizado
do CRESS da Região Sudeste.**



MOÇÃO DE DEFESA A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED, QUE CRIOU O PROJETO PSICÓLOGO E ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROJETO PAS.

O envio desta moção é de responsabilidade do Regional CRESS-RJ

Nós assistentes sociais, presentes no 51º Encontro Descentralizado dos CRESS da Região Sudeste, realizado entre os dias 24 e 26 de julho de 2024, no campus da UERJ da cidade do Rio de Janeiro, manifestamos com essa moção a defesa da Jornada de Trabalho de 30 horas para assistentes sociais que compõem o quadro técnico do Projeto PAS, nas escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte.

Reconhecemos como avanço a implantação do projeto PAS, na consolidação da Lei Federal nº13.935/2019; no entanto, o projeto precisa considerar a luta histórica da categoria de assistentes sociais a partir do Conjunto CFESS-CRESS, que logrou êxito na aprovação da Lei Federal nº12.317/2010, estabelecendo a jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistentes sociais, resguardando sobretudo a manutenção do salário sem que venha sofrer redução.

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2024.

**Aprovada na plenária final do 51º Descentralizado
do CRESS da Região Sudeste.**



MOÇÃO DE APOIO AO DIA 25 DE JULHO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA LATINA AMERICANA E CARIBENHA

Esta moção foi enviada ao CFESS para que seja apreciada no Encontro Nacional CFESS-CRESS.

Nós, participantes do 51º Encontro Descentralizado dos CRESS da Região Sudeste, vimos apresentar moção de apoio pelo dia 25 de julho — Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. No Brasil, é importante memorizar a resistência de Tereza de Benguela. Este dia foi instituído pela lei 12.987 e Tereza se apresenta para nós como uma inspiração no processo de aquilombamento. Resistimos, mesmo convivendo com os mais baixos salários, sendo a pirâmide das violências domésticas e institucionais, sobrecarregadas com os trabalhos domésticos e de cuidado, com a invisibilidade, violências obstétricas, o machismo e o racismo. Emanamos força para que continuemos lutando, pois “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.” (Ângela Davis)

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2024

**Aprovada na plenária final do 51º Descentralizado
do CRESS da Região Sudeste.**



MOÇÃO DE REPÚDIO A CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO CARLOS BOLSONARO, QUE CRIOU O DIA DO CONSERVADORISMO.

O envio desta moção é de responsabilidade do Regional CRESS-RJ

O 51º Encontro Descentralizado dos CRESS da Região Sudeste repudia a instituição do Dia Municipal do Conservadorismo no Rio de Janeiro, projeto de lei apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PL).

O projeto teve como justificativa “rememorar os princípios caros ao conservadorismo, como a família, a religião, a ordem, a liberdade”.

Os valores conservadores apresentados no projeto de lei buscam ressaltar práticas violentas de manutenção do status quo, não considerando a diversidade da sociedade, das composições familiares contemporâneas e a liberdade do Estado, o que fortalece movimentos que violam direitos humanos e que contrariam os princípios do Estado Democrático de Direito.

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2024.

**Aprovada na plenária final do 51º Descentralizado
do CRESS da Região Sudeste.**



MOÇÃO DE APOIO AO MOVIMENTO PAREISTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO INSS.

Esta moção foi enviada ao CFESS para que seja apreciada no Encontro Nacional CFESS-CRESS.

As/os Assistentes Sociais reunidas/os no 51º Encontro Descentralizados dos CRESS da Região Sudeste vêm por este manifestar APOIO à GREVE DO INSS, iniciada em 16 de julho de 2024. A categoria reivindica o reajuste/recomposição salarial, que sofreu perdas de mais de 50% nos últimos 8 anos, e pleiteia a valorização da carreira do Seguro Social no núcleo estratégico do Estado; o cumprimento do Acordo de Greve de 2022, que também compreende a melhoria das condições de trabalho para o melhor atendimento à população. Nas últimas semanas as/os trabalhadoras/es têm sofrido ataques do Ministro da Previdência, Lupi, no seu exercício de trabalho, e no último dia 24/07/2024, o Governo Lula judicializou o movimento paredista com interesse nos cortes de gastos nas revisões de benefícios assistenciais e previdenciários da população. A GREVE é um direito da classe trabalhadora! Todo apoio aos servidores e servidoras do INSS em GREVE!

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2024.

**Aprovada na plenária final do 51º Descentralizado
do CRESS da Região Sudeste.**



MOÇÃO DE APOIO AO MOVIMENTO VAT – VIDA APÓS TRABALHO – PELO FIM DA ESCALA 6X1.

Esta moção foi enviada ao CFESS para que seja apreciada no Encontro Nacional CFESS-CRESS

Nós, participantes do 51º Encontro Descentralizado dos CRESS da Região Sudeste, vimos por meio deste expressar nossa inquietação em relação à carga horária dos trabalhadores terceirizados e solicitar uma revisão da CLT com objetivo de proporcionar uma vida além do trabalho, apoiando o Movimento VAT (Vida Além do Trabalho).

A escala 6x1 causa exaustão física e mental dos trabalhadores e isso precisa acabar.

Sua revisão, com foco no fim da escala 6x1, proporciona melhores condições de trabalho afim de uma maior qualidade de vida, saúde, bem-estar, melhores relações familiares e trabalho mais justo.

Fiscalização rigorosa por parte do poder público no cumprimento da Lei 12.317/2010 referente às 30 horas trabalhadas para as/os Assistentes Sociais em suas terceirizações, que desrespeitam nossa categoria e as/os demais trabalhadoras/es.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2024.

**Aprovada na plenária final do 51º Descentralizado
do CRESS da Região Sudeste.**



MOÇÃO DE REPÚDIO AO PROJETO DE LEI 1904 – O PL PREVÊ PUNIÇÃO DE DETENÇÃO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES QUE REALIZEM ABORTO APÓS 22 SEMANAS DE GESTAÇÃO.

Esta moção foi enviada ao CFESS para que seja apreciada no Encontro Nacional CFESS-CRESS

Se não podemos proteger, defendamos nossas meninas! Criança não é mãe e abusador não é pai. Precisamos defender nossas crianças, adolescentes, mulheres e pessoas que gestam! Essas, que por não ter capital dependem exclusivamente dos serviços públicos para serem atendidas em caso de estupro e abusos. O PL prevê punição de detenção a crianças, adolescentes, mulheres e pessoas que gestam que realizarem o aborto após 22 semanas de gestação. Mascarado por proteção e defesa à vida, esse PL pune as vítimas e reforça o patriarcado e o machismo. O PL pune pessoas que foram abusadas e estupradas, e perpetua o machismo quando estende por maior tempo a detenção de mulheres em detrimento à detenção do abusador. O Serviço Social precisa estar pautado e convicto de seu compromisso ético-político, que em seu inciso II dos Princípios Fundamentais discorre: Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, bem como reafirmar o seu compromisso profissional na defesa do aborto legal.

Os Conselhos Regionais da Região Sudeste estão comprometidos com a defesa de todas as crianças e mulheres do território brasileiro.

Rio de Janeiro, 25 julho de 2024.

**Aprovada na plenária final do 51^o Descentralizado
do CRESS da Região Sudeste.**



MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DO SUS NO RIO DE JANEIRO

Esta moção foi enviada ao CFESS para que seja apreciada no Encontro Nacional CFESS-CRESS

Nós, Assistentes Sociais; Delegadas/os/es; Convidadas/os/es e Observadoras/es do 51º Encontro Descentralizado dos CRESS da Região Sudeste, repudiamos veementemente a imposição do Ministério da Saúde em repassar a rede federal dos hospitais do Rio de Janeiro ao setor privado, através da municipalização das gestões ou via Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), indo de encontro ao comprometimento do atual governo com o fortalecimento dos serviços públicos.

Há que se ressaltar os prejuízos incalculáveis para uma rede historicamente subfinanciada e precarizada em seus recursos humanos e materiais. Além disso, dados já apontam o fim do controle social nas gestões privadas e na autonomia sobre as pesquisas e residências.

O impacto desse tipo de medida recai diretamente sobre a população usuária que, apesar das promessas de melhoria, terá seu direito à saúde ainda mais obstaculizado devido à manutenção do desfinanciamento – considerando que o fundo público passará a ser disputado por entes responsáveis pela gestão das unidades, os quais, conforme já demonstrado pelas experiências em curso, reduzem ainda mais os investimentos na manutenção das unidades, além de aprofundarem a fragilização dos vínculos dos trabalhadores, gerando descontinuidade de serviços, dificuldade e até mesmo a inviabilização do controle social, diretriz tão cara para o SUS e construída a partir da pressão dos movimentos sociais.

A privatização faz mal à saúde, porque a retira da órbita do cuidado e a transforma em mercadoria.

Assim, reiteramos a nossa negativa ao fatiamento e à entrega da rede pública de alta complexidade do país, localizada no Rio de Janeiro, ao setor privado, colocando em risco iminente a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Acreditamos e seguimos na resistência e na luta pela defesa de um SUS público, gratuito e de qualidade, respeitando os objetivos, princípios e diretrizes desse vital Sistema!

Rio de Janeiro, 25 de Julho 2024.

**Aprovada na plenária final do 51º Descentralizado
do CRESS da Região Sudeste.**



Representantes das Delegações elaboram Carta Síntese do 51º Descentralizado Sudeste.

CARTA DO RIO DE JANEIRO

51º ENCONTRO DESCENTRALIZADO DOS CRESS DA REGIÃO SUDESTE



Representantes das Delegações apresentam Carta na Plenária Final.



CARTA DO RIO DE JANEIRO 51º ENCONTRO DESCENTRALIZADO DOS GRESS DA REGIÃO SUDESTE

Tema: Nossos Corpos não são alvos! Serviço Social na resistência cotidiana para transformação societária radical.

Nós, assistentes sociais, presentes no 51º Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS-CRESS da Região Sudeste, entre os dias 24 a 26 de julho de 2024, na cidade do Rio de Janeiro, defendemos os princípios éticos da profissão, reafirmando a “liberdade enquanto valor ético central”, assim como o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. O encontro é um espaço coletivo político-administrativo, consultivo, democrático, formativo e de trocas que reúne as delegações dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.



O tema central do encontro movimenta e chama a categoria a pensar o debate da violência contra corpos que não se enquadram na padronização desse sistema necrófilo e nos convida a gritar que “NOSSOS CORPOS NÃO SÃO ALVOS! Serviço Social na resistência cotidiana para transformação societária radical”. O conjunto CFESS-CRESS, juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, chama atenção para essa temática no sentido de nos fazer refletir sobre a realidade cotidiana que nos inserimos e como o Serviço Social se coloca nesse lugar.

Compreendemos que a luta contra a extrema direita mundial conservadora não se encerra nos processos eleitorais, devido aos limites impostos no contexto da democracia burguesa. Mesmo com a eleição de um governo alinhado aos campos democráticos e progressistas, no Brasil, vemos um congresso formado majoritariamente por uma bancada branca, composta por sujeitos que veem, sim, nossos corpos como alvos. Legislando em prol dos interesses do grande capital, em detrimento das demandas da classe trabalhadora, reafirmam posições conservadoras, irracionais e individualistas, na contramão de fundamentos científicos.

Esse avanço do conservadorismo também se materializa por meio do uso das grandes mídias e de ferramentas tecnológicas de disseminação de falsas verdades (fake news) e pelo investimento em narrativas amparadas em um discurso de defesa da pátria, família e preceitos religiosos específicos, contribuindo para o retrocesso da sociedade. Cabe destacar a intensificação deste cenário em períodos eleitorais, principalmente por parte da extrema direita.

Como exemplo destacamos a recente proposição do PL da Gravidez Infantil (Projeto de Lei nº 1904/2024) que representa um retrocesso e uma violação ao direito de pessoas que gestam ao aborto legal nos serviços públicos de saúde. A proposta apresentada prevê a condenação das



peessoas que realizem o aborto, ainda que nas situações legalmente previstas, reforçando práticas conservadoras que ainda perpassam esse debate. Evidencia, ainda, uma desproteção das infâncias e juventudes. O PL apresentado é acompanhado pelo Conjunto CFESS-CRESS com preocupação, tendo em vista os princípios defendidos e reafirmados pela profissão e a defesa do acesso às diferentes políticas públicas para a garantia de direitos reprodutivos e, sobretudo, o direito à vida.

Atualmente, vivenciamos um cenário de ampliação das múltiplas formas de violência que tem perfil de raça e gênero. Os dados apresentados pelo Atlas da Violência de 2024 sobre o estado do Rio de Janeiro refletem um aumento da violência contra os corpos pretos em abordagens policiais marcadas pelo viés racista.

Ainda no que se refere a violência perpetrada pelo Estado, o domínio dos territórios no estado do Rio de Janeiro pelas milícias com o uso do aparato estatal e da força se coloca como mais uma forma de exploração a que parcela da população fluminense está submetida.

Além disso, a realidade do Rio de Janeiro apresenta elementos de complexidade com a união do tráfico com as igrejas pentecostais, cerceando a expressão da liberdade religiosa pela população de terreiros de religiões de matriz africana, expulsando-as de territórios e reproduzindo a intolerância e o racismo religioso. Tais condutas encontram respaldo simbólico com a promulgação de legislação municipal instituindo o Dia do Conservadorismo, que tem como bandeira uma religião específica e um modelo excludente de família.

No Estado de Minas Gerais, encontramos um cenário desafiador que exige atenção e ação para que não esqueçamos as diretrizes do nosso projeto ético-político: a ganância das mineradoras vem maciçamente destruindo nossos corpos, nossa cultura, nosso meio ambiente e ceifando vidas. Na data de 05 de novembro de 2015, houve o rompimento da barragem de Fundão em Mariana da Empresa Samarco, e em 25 de janeiro de 2019, uma nova catástrofe no solo mineiro com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão da Empresa Vale S.A, em Brumadinho.

Ainda é de difícil mensuração o impacto social destes acontecimentos, que poderiam ter sido evitados. Devido à morte de centenas de pessoas, das questões ambientais e do descaso e abandono destas empresas, que além de arrastarem o processo judicial de indenização e reparação por anos, não cessaram seus lucros que crescem a cada ano.



Enquanto seus sobreviventes e familiares das pessoas que faleceram tentam retomar suas vidas e criar novos vínculos e pertencimentos em outro território: até o momento, os corpos de 03 vítimas ainda não foram encontrados em Brumadinho.

Ainda é contundente lembrar que a fúria capitalista não tem fim: um dos maiores cartões postais da capital de Minas Gerais, a Serra do Curral, está fortemente ameaçada. Isso nos exige mais atenção, fôlego e mobilizações para que haja uma verdadeira proteção efetiva dessa biodiversidade ambiental, do nosso patrimônio, já que há um projeto em trâmite para transformá-la em parque nacional tão somente para proteger as áreas e os interesses das mineradoras.

O estado do Espírito Santo possui a violência como cerne da sua formação social, sendo um dos últimos estados a abolir a escravidão. Historicamente é uma região que mantém heranças eurocêntricas e colonizadoras, a partir da invisibilização do modo de ser dos povos tradicionais que foram centrais no desenvolvimento do estado. Apesar disso, etnias indígenas, povos quilombolas e camponeses, e comunidades periféricas se unem e resistem nos diversos espaços e meios urbanos, interiores e litoral.

Essas diversidades são vistas como alvo pelas políticas de estado, principalmente pela segurança pública; pelo fundamentalismo religioso, com a disseminação de igrejas neopentecostais nos territórios periféricos; pelos poderes legislativo, executivo e judiciário, compostos majoritariamente por corpos que seguem a ordem cisgênera, heterossexual, branca e conservadora, com destaque para a recente aprovação do Dia do Homem pela Câmara de Vitória.

A incidência da violência é direcionada a corpos específicos. Por alguns anos o estado esteve no topo do ranking de violência contra as mulheres. Nos primeiros quatro meses do ano de 2024 os registros de violência doméstica aumentaram e foram registrados 8.039 casos nos termos da Lei Maria da Penha. Em relação a Segurança Pública, atualmente cerca de 23 mil pessoas estão encarceradas, extrapolando sua capacidade, sendo mais de 75% desse contingente, pessoas negras. No que tange a violência policial, no ano de 2022 pelo menos 65 pessoas foram mortas por policiais durante serviço ou em horário de folga, no entanto vale destacar que esses dados não dão conta de expressar a real dimensão do caráter truculento e racista da Polícia Militar do estado.

O Espírito Santo também é hostil para corpos dissidentes da norma cis-heteronormativa. Segundo o Anuário da Segurança, em 2022 houve um aumento de todos os crimes contra a população LGBT no estado, sendo o que registrou o maior número de homicídios dessas pessoas em todo o país, com um aumento de 350%.



Em São Paulo, os ataques vêm duplamente do Estado que promove a necropolítica radicalmente. Nos matam, nos deixam morrer e atacam quem tenta, de alguma forma, reparar a dívida que tem com a população. Em um cenário onde a Casa do Povo objetiva aniquilar a população em situação de rua por meio de lei que proíbe ou condiciona a doação de alimentos realizada pela Sociedade Civil, exemplos que refletem o descompromisso com a nossa sociedade.

Não conseguimos observar que nossos corpos como classe trabalhadora também são alvo diariamente. Corpos Trans vão ao chão diariamente e a população negra continua massivamente encarcerada. O adoecimento passou a ser considerado normal, pois estamos sem a proteção que necessitamos e assim naturalizado o caos.

Neste contexto, queremos reafirmar a importância e a urgência da defesa do Projeto Ético-Político Profissional e dos princípios orientadores da nossa profissão, sobretudo a liberdade como valor ético central. Sabemos que os desafios da atuação profissional são inúmeros e a categoria vem se deparando com o avanço das formas de precarização da formação e do trabalho, refletidos nos estágios de pós-graduação, na residência no campo sociojurídico, nas terceirizações, na pejotização, dentre outras.

Por outro lado, temos ciência que a defesa de nossas pautas requer investimento e compromisso com o coletivo. Por isso, no 51º Encontro refletimos sobre as estratégias de capilaridade das ações desenvolvidas nos Comitês, Comissões, NUCRESS/NAS visando atingir amplamente a categoria profissional.

Salientamos ainda a responsabilidade da nossa atuação profissional no uso de instrumentos e na produção de documentos técnicos que incidem diretamente na vida da população e requerem investimentos na formação continuada com vistas à defesa de direitos e não a violação e culpabilização dos sujeitos.

Nós, assistentes sociais da região Sudeste, reafirmamos e seguimos na defesa por uma sociedade antirracista, anticapacitista, antiLGBTfóbica, antietarista, antigordofóbica, antissexista, e anticapitalista.

QUEREMOS QUE NOSSOS CORPOS SEJAM ALVOS DA GARANTIA DAS POLÍTICAS!

Construída coletivamente por: Nate e Micaela (GRESS-ES), Cíntia Neli e Vanessa França (GRESS-SP), Bárbara e Liliane (GRESS-RJ) e Cecília e Luciana (GRESS-MG).

ANEXOS



Coquetel preparado para os participantes na abertura do evento.



Nas dependências da UERJ, os eixos contavam com a estrutura de projetores, microfones e computadores. A decoração seguiu compondo o espaço do auditório central.



Jussara Assis, Mestre de Cerimônia da Abertura, contando com apoio de peças de Comunicação idealizadas para o evento.

AVALIAÇÃO



Peças de comunicação compunham os espaços de debate.



Participantes receberam bolsa, bloco com caneta e Caderno de Monitoramento para apoiar os debates.



Mesa de abertura e a decoração em diálogo com tema central do evento.



AVALIAÇÃO

Foram utilizados formulários para indicação das Delegações quanto ao Eixo de Participação, a necessidade de utilização de Tradução em Libras ou outras ferramentas de acessibilidade, bem como de atendimento pelo Espaço Criança.

Segue link: <https://forms.office.com/r/PW7BMjQ6jr>

Após realização do 51º Encontro Descentralizado Sudeste, foi providenciado um Formulário de Avaliação sobre Organização, submetido aos Delegados dos Regionais.

Segue link: <https://forms.gle/9opgPkMXS9Yo6mHD8>

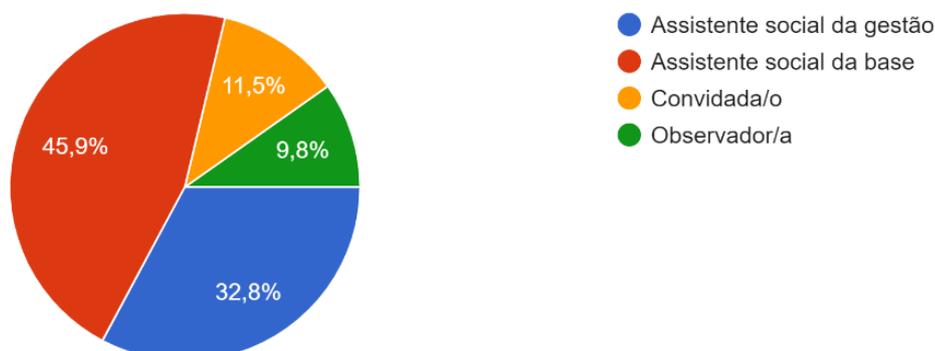
O conteúdo desta avaliação envolveu tópicos como infraestrutura, metodologia, programação, grupos temáticos, plenária final, contendo 19 perguntas, além de espaço aberto para comentários gerais sobre o Encontro. Seguem tópicos objetivos da pesquisa de avaliação:

AVALIAÇÃO DO 51º ENCONTRO DESCENTRALIZADO SUDESTE DOS CRESS

Total de participantes no Encontro: 107

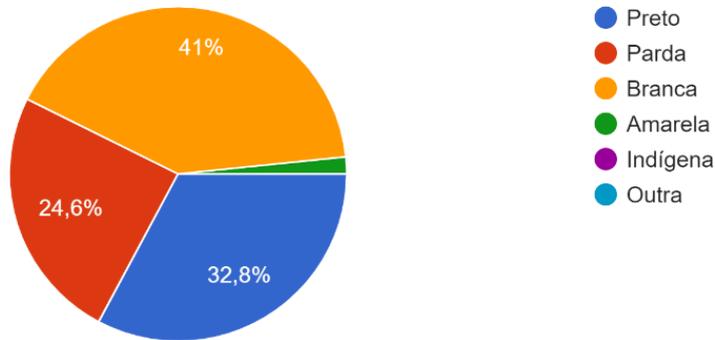
Respondentes do formulário de avaliação: 61 (57% das/os participantes)

• Participou em qual categoria (61 respostas)?

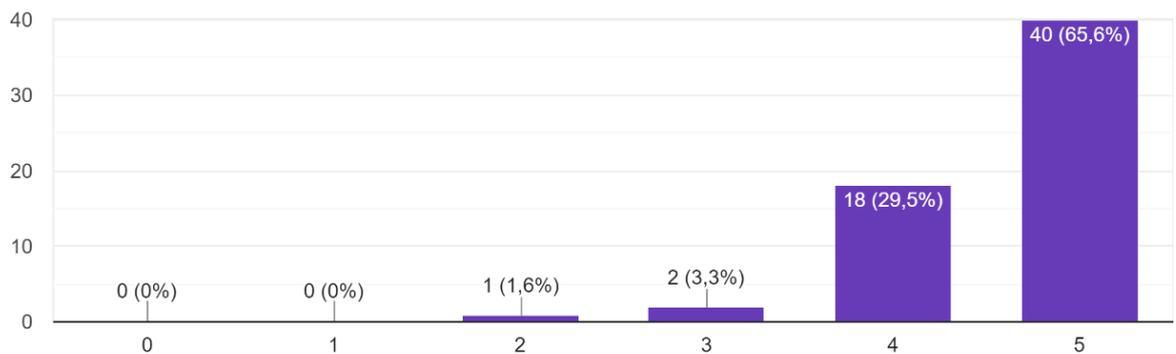




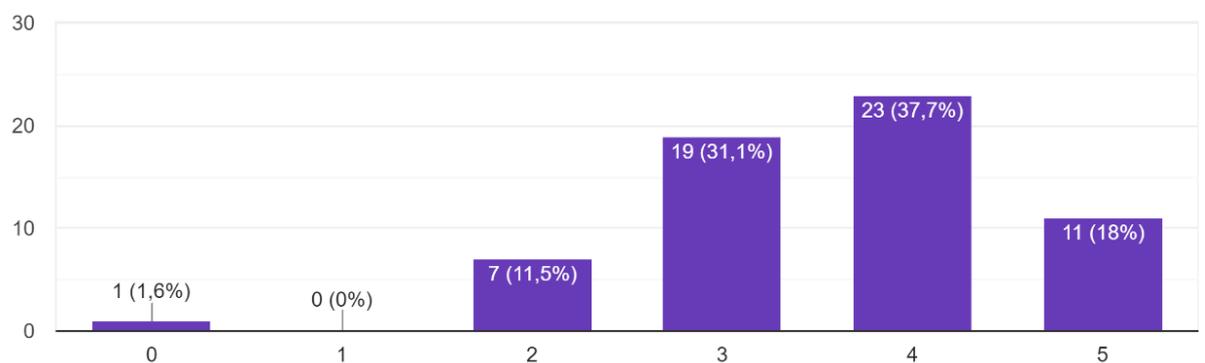
- Raça/cor (61 respostas):



- Avaliação da Infraestrutura do Encontro entre 0 e 5, onde 0 é ruim/insatisfatório e 5 é excelente/satisfatório (61 respostas):

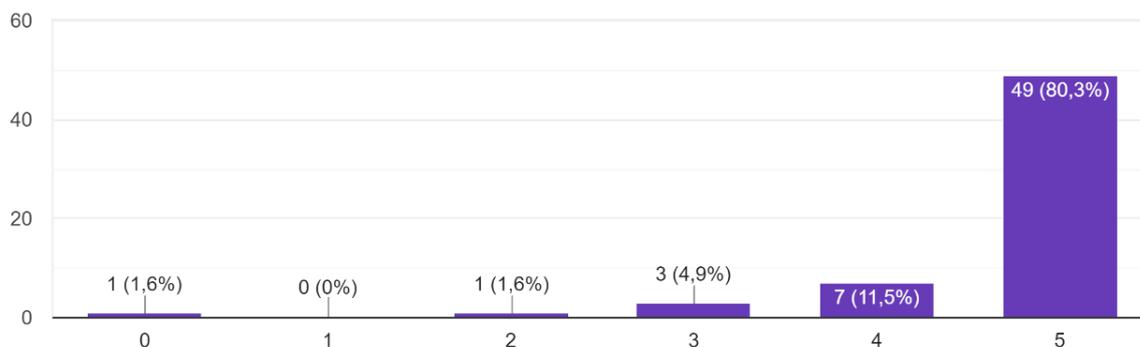


- Avaliação da Metodologia do Encontro entre 0 e 5, onde 0 é ruim/insatisfatório e 5 é excelente/satisfatório (61 respostas):

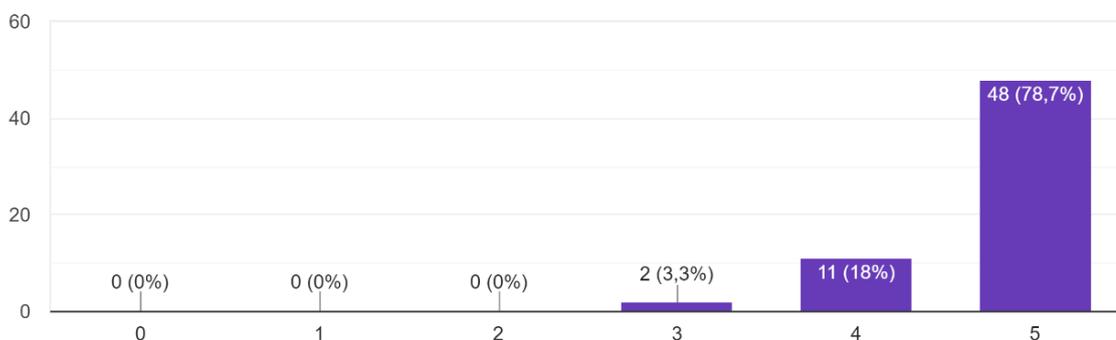




- **Apresentação Cultural e Confraternização entre 0 e 5, onde 0 é ruim/insatisfatório e 5 é excelente/satisfatório (61 respostas):**

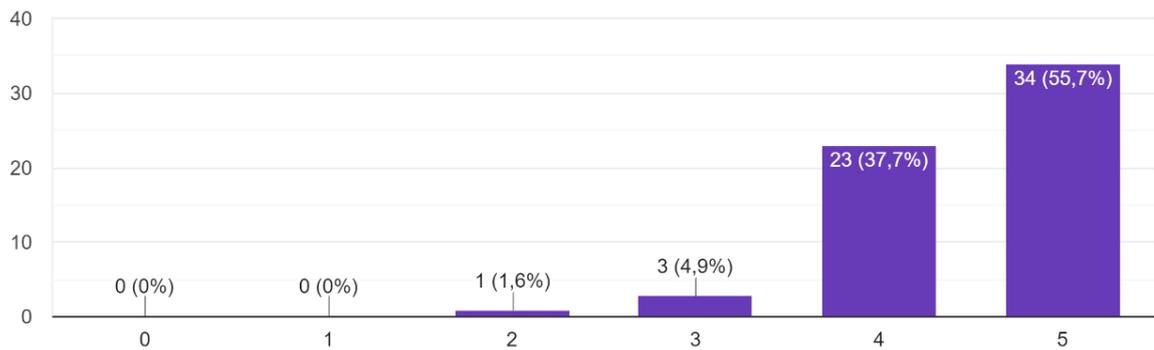


- **Conferência sobre o tema: “Nossos Corpos Não São Alvos! - Serviço Social na Resistência Cotidiana para a Transformação Societária Radical” entre 0 e 5, onde 0 é ruim/insatisfatório e 5 é excelente/satisfatório (61 respostas):**

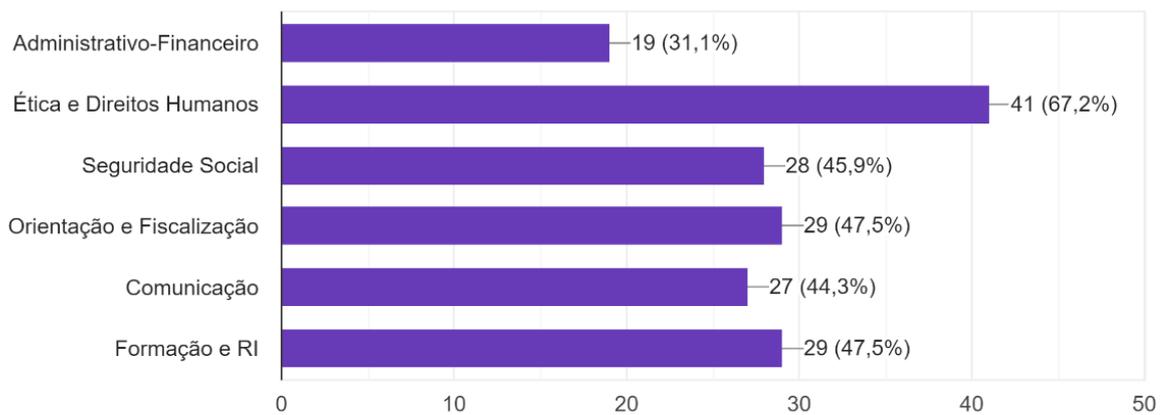




- Dia 25/07/24 - Leitura do Regimento Interno, informes gerais sobre composição dos GTs, comissões e Carta do Encontro entre 0 e 5, onde 0 é ruim/insatisfatório e 5 é excelente/satisfatório (61 respostas):

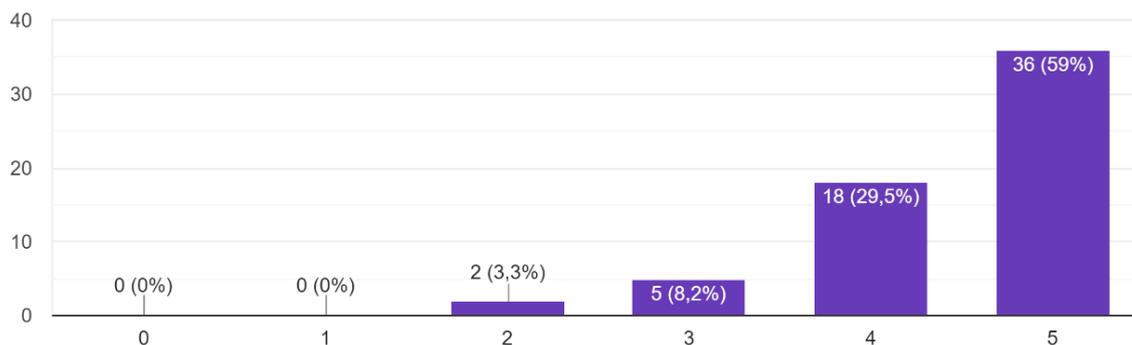


- Seleccione os grupos temáticos que participou (61 respostas):

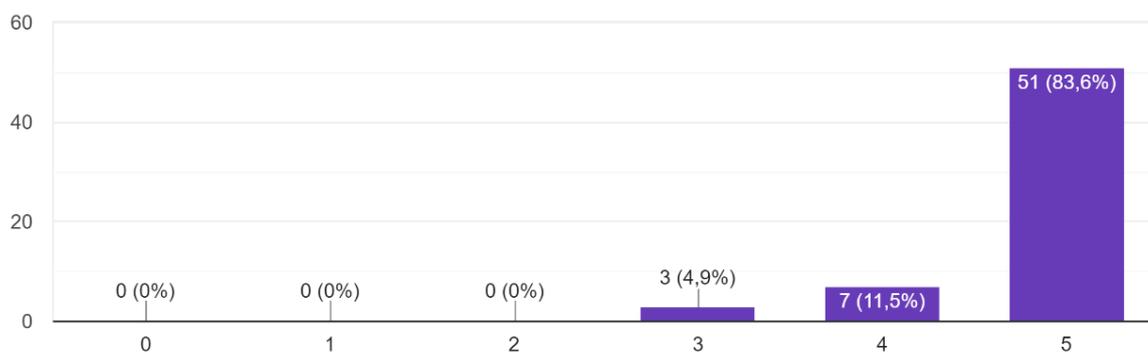




- Sobre a Plenária Final entre 0 e 5, onde 0 é ruim/insatisfatório e 5 é excelente/satisfatório (61 respostas):



- Kit participante (bolsa, agenda, caneta, caderno de monitoramento e marcador de páginas) entre 0 e 5, onde 0 é ruim/insatisfatório e 5 é excelente/satisfatório (61 respostas):



Link para avaliação completa, com apontamentos qualitativos:
<https://drive.google.com/file/d/1JX8wHGMap4hvM75aFMcTtWRWit8swPty/view?usp=sharing>

**SÍNTESES DOS
REGIONAIS DA**

**REGIÃO
SUDESTE**



SÍNTESES DOS REGIONAIS DA REGIÃO SUDESTE

EIXO: ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO			
1 – PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL			
CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>ATENÇÃO!!!</p> <p>Em relação à correção e parcelamento de anuidade, considerando a realidade local do regional, manter o índice de correção- INPC, a quantidade de parcelamento e a data de vencimento (de 1 até o dia 15 do mês subseqüente ao do vencimento), tanto para pessoa jurídica como para pessoa física. Em relação à correção de taxas e emolumentos e aos descontos para pagamentos em cota única para PF e PJ, manutenção dos índices de correção e descontos em 15%, 10% e 5% para o pagamento da anuidade em cota única.</p> <p>Avalia-se a pertinência dos temas e deliberações do eixo, mas identificou-se questões relacionadas ao cronograma de execução das ações, sendo apresentadas prioridades para o segundo semestre de 2024 e para o ano de 2025.</p> <p>Enfrentamento à Inadimplência permanece sendo um tema de prioridade, sendo planejado no âmbito do CRESS/RJ a criação de um Grupo de Trabalho para tratar do tema. Importância de análise dos dados não apenas quantitativos, mas também qualitativos, importância de continuidade do GT Nacional até 2025</p>	<p>Tema 1 . Corrigido conforme os índices.</p> <p>Tema 2 . Corrigido o índice e aplicado os parcelamentos</p> <p>Tema 3 . Corrigidos</p> <p>Tema 4. Mantidos os descontos</p> <p>Tema 5. GT Nacional está sendo coordenado pelo CRESS do RJ. Em São Paulo, o processo de cobrança está aguardando liberação da Implanta.</p> <p>Tema 6. Atividades em processo. Foram feitas algumas reuniões do GT, bem como com o Sindicato.</p> <p>Tema 7. O GT Nacional está com as atividades paralisadas, mas houve discussão com o CFESS</p> <p>Tema 8 . GT Nacional com representação de São Paulo (Aparecida Mineiro e Patrícia Maria). Realização de 2 reuniões. Pautas de interesse para a Regional SP: Implementação das cotas étnicos-raciais; cotas/reserva de identidade de gênero; e quórum eleitoral.</p>	<p>O conjunto das deliberações são relevantes e pertinentes, especialmente os itens 7, 12 e 13.</p>	<p>Compreendemos que o conjunto das deliberações contidas neste eixo se relacionam diretamente com o direcionamento do Cress e das demais legislações que regem a administração pública. Mesmo que tenhamos autonomia administrativa, financeira e jurídica avaliamos que as ações devem ser empreendidas a partir de uma mesma perspectiva legal/normativa para realizar a gestão do Cress. Dentre os temas presentes no eixo, há desafios históricos que perpassam ações de combate a inadimplência; aprimoramento da gestão do trabalho; análise situacional para efetivar a gestão documental e incentivo/garantia de participação em atividades de formação para trabalhadores/as nas respectivas áreas de atuação que compõe o Conselho. É notável que o Cress/ES tem buscado manter uma gestão administrativa-financeira responsável e transparente, aprimorando os instrumentos de planejamento, controle e avaliação das atividades e os recursos necessários para o desenvolvimento delas. Ao longo deste primeiro ano de Gestão tivemos pedidos de desligamento de três conselheiras, o que implicou na recomposição da diretoria e no redimensionamento das ações que tem relação</p>



<p>identificando as razões da inadimplência. Tema não é transitório, proposta de criação de Comitê.</p>	<p>Tema 9 . Em processo de construção. Uma das providências foi a contratação de profissional para a estruturação do Planejamento Estratégico e assessoramento na prestação de contas</p> <p>Tema 11. Necessidade de ampliar a discussão, mas o CRESS-SP é a favor da cobrança da taxa.</p> <p>Tema 12. Em conjunto com o setor de inscrição estamos analisando a inserção das informações para o atendimento do tema.</p> <p>Tema 13. Os Comitês estão instituídos e temos trabalhado para o diálogo transversal com todas as comissões.</p> <p>Tema 14. Nos eventos locais do CRESS-SP temos atendido ao tema, mas não avançamos na discussão do custeio de passagem e hospedagem viabilizar a participação de crianças e adolescentes, nas atividades organizadas pelo CRESS, bem como pelo CFESS.</p>		<p>direta com o administrativo financeiro. Entretanto, as prioridades da Gestão que se relacionam com o enfrentamento à inadimplência, licitações, gestão do trabalho, mantém-se como ponto presente nas discussões das reuniões de diretoria e conselho pleno.</p>
---	---	--	---



2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES			
CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>Alterações na composição da gestão do CRESS traz impactos para cumprimento dos temas deliberados.</p> <p>É relevante salientar que a gestão dos regionais não possui liberação de carga horária de trabalho</p> <p>Em relação à estruturação de Comitês, destaca-se que as ausências de diretrizes dificultam as ações do Regional.</p> <p>Dificuldades no processo de compras e licitação, sendo identificada a necessidade de estratégias traçadas em conjunto para orientação no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS.</p> <p>Questões relacionadas aos recursos humanos no Conjunto, em termos de tendência, inclusive no que se refere à composição diante das tendências (tecnologia da informação, proteção de dados, gestão documental etc.)</p>	<p>Em linhas gerais, temos atingido os objetivos das deliberações. As que, ainda não foram cumpridas, terão sua execução no próximo semestre e em 2025.</p>	<p>. Consideramos como entraves para o cumprimento das deliberações previstas para 2024 o fato de boa parte delas demandarem a incidência do CFESS.</p>	<p>Avaliamos que o processo de Gestão atualmente empreendido no Cress tem buscado acompanhar cotidianamente as deliberações e as ações cabíveis para o seu cumprimento. As reuniões de diretoria se constituem atualmente o espaço prioritário para análise, planejamento e execução das deliberações deste eixo, com a definição dos encaminhamentos e responsáveis pela execução das atividades. Consideramos como relevante o acompanhamento da gestão financeira (receita x despesa) realizado pela assessoria contábil e conselho fiscal; o processo de trabalho estabelecido pela comissão de licitação; o monitoramento das ações de cobranças das anuidades; estudo permanente para analisar os dispositivos legais para mitigar a inadimplência; participação dos/as trabalhadores/as nos espaços de planejamento</p> <p>e reuniões contribuindo com a proposição das ações a serem implementadas. Reconhecemos ainda que serão necessários avanços para melhor gestão de patrimônio, documentos, trabalho, bem como adesão a outras modalidades da gestão financeira (ex. cartão de crédito para cobrança da anuidade); implementação das modalidades de inscrição das dívidas em cartório; ampliação do quadro funcional do Cress e melhorias nas condições éticas, técnicas e estruturais do Conselho.</p>



3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
<p>No que tange à capilaridade das ações do eixo, destaca-se a existência de dificuldade com a questão da anuidade, identificando a necessidade de investimentos na comunicação junto à categoria profissional que envolve, ainda, uma dimensão pedagógica acerca da importância da adimplência. Envolver Universidades para tratar sobre o tema já na graduação.</p>	<p>Se faz necessário melhorar nossa capilaridade junto à categoria e essas ações estão em construção com a comissão de comunicação.</p>	<p>.Todas as deliberações obtiveram alcance satisfatório junto à categoria.</p>	<p>A gestão tem buscado garantir instrumentos acessíveis para dar visibilidade as ações empreendidas no eixo administrativo financeiro, e ainda viabilizar a participação de assistentes sociais de base no processo de tomada de decisão no planejamento das ações, que são dialogadas e planejadas nas comissões temáticas e regimentais. A opção por instrumentos/dispositivos de melhor comunicação com a categoria tem se dado por ferramentas virtuais como os serviços online; mala direta; mensagens de sms/whatsapp; correspondências formais; produção de vídeos explicativos.</p>



4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>a) Sugestão de solicitação de dados a respeito da inadimplência em âmbito nacional (Tema Enfrentamento à Inadimplência)</p> <p>b) Revisão da Política de Inadimplência com ênfase na inclusão dos conceitos e padronização dos sistemas de gestão (Tema Enfrentamento à Inadimplência)</p> <p>c) Priorizar o debate para criação do GT Nacional do Código Eleitoral (Tema Código Eleitoral)</p> <p>d) Inscrição e Emissão de DIP- Gratuitade da segunda via na retificação de nome civil (Tema Inscrição e Emissão de Documento de Identidade Profissional)</p> <p>e) Debate sobre a padronização dos formulários em conjunto com o debate acerca das implicações da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS (Tema Padronização de Formulários)</p> <p>f) Avançar nas ações da criação de diretrizes para estruturação dos Comitês (Tema Estruturação dos Comitês)</p> <p>g) Iniciar o debate para aprimorar o documento de diretrizes para gestão do trabalho com destaque tanto para educação permanente como para modalidades de trabalho, tendo em vista a ausência de um alinhamento do Conjunto CFESS/CRESS (Tema Gestão do Trabalho)</p> <p>h) Iniciar o debate a respeito das Diretrizes de Planejamento ainda no ano de 2024 (Tema Diretrizes para planejamento do Conjunto FESS/CRESS)</p>	<p>Tema 1. Discutir a possibilidade de aumentar a anuidade (dependendo do planejamento) ou aplicar apenas a correção pelo índice.</p> <p>Tema 5. Para deliberação da direção: Realizar no primeiro semestre de 2025 pesquisa com AS quanto a tema; Proposta de criação de “curso de pós-graduação” para formação e combate à inadimplência (proposta do Diretor César Ágaras) - Para 2025</p> <p>Tema 6. Execução do Tema planejado para 2025.</p> <p>Tema 7. Discussões com o CFESS, mas execução para 2025.</p> <p>Tema 10. Ampliação das discussões para 2025</p>	<p>.Dar continuidade à implementação do comitê antirracista; Dar continuidade aos serviços da gestão Documental; Aprimorar o documento de Diretrizes para Gestão do Trabalho; acompanhar os Encaminhamentos do GT Nacional para avaliar coletivamente o processo eleitoral; Acompanhar a Construção das diretrizes nacionais para a elaboração do plano de metas/ação anual e relatórios de Gestão; Acompanhar o estudo e aprofundar do debate sobre a cobrança (taxa) para emissão de Certidão de Responsabilidade Técnica; Realizar a Padronização de Formulários qualificados; Avançar na análise de viabilidade do espaço criança;</p>	<p>Tema 5 - Enfrentamento à Inadimplência – 2024/2025 - Implementação do protesto de títulos 2024; investimento na ferramenta de envio de mensagens via WhatsApp para os profissionais que estão em débito(s); estudo de viabilidade para implementação da modalidade de pagamento via cartão de crédito.</p> <p>Tema 6 - Gestão do Trabalho – qualificar as ações no campo da gestão do trabalho, com objetivo de manter regularidade de reuniões e permanente diálogo e participação de trabalhadores/as nos espaços de planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelo Cress; manter a responsabilidade e compromisso com a mesa de negociação de acordo coletivo de trabalho; e garantir de formação continuada.</p> <p>Tema 7 - Gestão Documental – Empreender esforços para implementação desta política.</p>



ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
<p>odos os temas permanecem pertinentes para a realidade local e regional. Destaca-se a importância do diálogo próximo a categoria profissional e de graduandos sobre temas como racismo, aborto e laicidade do Estado frente a ofensiva conservadora presente na realidade regional.</p>	<p>Em relação aos temas para este triênio, no âmbito do Estado de SP ele é de grande pertinência, uma vez que ele responde as demandas da realidade, que impactam diretamente o trabalho das/os assistentes sociais. Sua relevância está na oportunidade em que o conselho pode desenvolver diversas estratégias para ir respondendo as demandas postas no cotidiano dos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.</p>	<p>. O conjunto das deliberações são relevantes e pertinentes, especialmente os temas: mobilização das comissões de instrução; enfrentamento ao racismo, capacitismo e às violências LGBTQIA+fóbicas; Somar à luta coletiva pela revogação da lei de Alienação Parental;</p>	<p>A avaliação da comissão é de que as deliberações do conjunto são fundamentais para uma intervenção cada vez mais qualificada da categoria, no entanto, alguns debates são mais latentes neste regional, tais como: a articulação para a real efetivação e organicidade do Comitê Antirracista, o comprometimento em realizar ações e atividades com enfoque na ética profissional, dialogando com os mais diversos campos de atuação da base presente nos encontros, incidências políticas e organizativas quanto a direitos violados de assistentes sociais em seus referidos espaços sócio ocupacionais, como a negação do uso do nome social. Além da mobilização em conformidade com a campanha do conjunto CFESS-CRESS, referente a acessibilidade e a luta anticapacitista. Outro ponto fundamental para esta comissão, no quesito deste regional, diz respeito ao enfrentamento a LGBTQIA+fobia e orientações à categoria como atividade permanente e presente de maneira transversal as demais deliberações nos encontros desta comissão.</p>



2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>Apresentam-se dificuldades na realização de ações referente a temas que são alvo da ofensiva conservadora presente na sociedade e na categoria profissional, como o racismo, aborto, justiça ambiental e laicidade do Estado. Essas dificuldades ressaltam a necessidade do conjunto em estar próximo da categoria profissional e de formandos para dialogar e disputar a direção profissional reproduzida no cotidiano profissional. Para a viabilização das ações referente aos temas sobre pessoas em situação de rua e justiça ambiental é necessário atuar de forma intercomissional. É necessária a reavaliação das condições de participação nos comitês intersetoriais de acompanhamento e monitoramento da política para a população em situação de Rua, considerando que a tarefa de mapeamento já demandaria muito trabalho.</p>	<p>Compreendemos que a partir da realidade que possuímos, temos condições concretas de desenvolver as deliberações, uma vez que muitos deles já vem sendo trabalhados historicamente no âmbito da gestão deste conselho, e como estratégias consideramos o âmbito dos Nuress para a materialidade das deliberações. Outra estratégia, tem sido, incluir as temáticas das deliberações no âmbito da realização das palestras que oferecemos nas duas Assembleias que realizamos semestralmente no âmbito deste regional.</p>	<p>. Consideramos como entraves para o cumprimento das deliberações previstas para 2024 o fato de boa parte delas demandarem a incidência do CFESS.</p>	<p>A Comissão de Ética e Direitos Humanos tem se reorganizado buscando atender as necessidades das profissionais que participam das reuniões periodicamente assim como viabilizando a possibilidade de ampliação da participação, com a organização de calendário prévio de reuniões, espaçamento dos encontros e pautas de formação/estudos de documentos articuladas às reuniões. Para viabilizar a articulação e mobilização dos comitês que tem pautas ligadas também a defesa da ética e dos direitos humanos, o regional entendeu ser um caminho fomentá-los por dentro dessa comissão, como no caso do comitê antirracista e anticapacitista. A gestão também tem buscado adotar estratégias de articulação de atividades coletivas entre as comissões temáticas, isso tem sido um método adotado com o intuito de dar prosseguimento as ações planejadas</p>



3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>Apresentam-se na categoria profissional uma resistência a temas que são alvo da ofensiva conservadora presente na sociedade, como o racismo, aborto, justiça ambiental e laicidade do Estado. Essas dificuldades ressaltam a necessidade do conjunto em estar próximo da categoria profissional e de formandos para dialogar e disputar a direção profissional reproduzida no cotidiano profissional. É preciso elaborar estratégias para dialogar com a categoria profissional sobre a importância e interface dessas defesas com o projeto da profissão, de modo a contribuir para a ampliação da capilaridade desses temas entre os profissionais. Tal como manter as estratégias de aproximação da categoria profissional da comissão de instrução.</p>	<p>Em relação ao cumprimento das deliberações, o CRESS-SP tem a socializar:</p> <p>Tema 1. Comissão de Instrução nos Processos Éticos: O CRESS-SP a muitos anos vem desenvolvendo ações de inscrição e capacitação para as Comissões de Instrução. Possuímos uma matriz de qualificação, que de acordo com as demandas encontradas no âmbito do trabalho realizado por estas e nas denúncias este parâmetro vai sendo aprimorado. No âmbito do regional, os cursos são desenvolvidos pela CAEDH, e temos um Grupo de Trabalho “Formação e Banco de Nomes para a Comissão de Instrução” que está cuidando do primeiro curso para o ano de 2024, que ocorrerá nos dias 01 e 02 de agosto de 2024, que além das comissões de instrução ativas, foram convidados os 11 administrativos das seccionais e as trabalhadoras da secretaria do regional, uma vez, que na avaliação do curso em 2022, foi requisitado pelas assistentes sociais de base a presença destes trabalhadores. Ainda, em 2023, o GT planejou a abertura de inscrição para novas comissões de Instrução, que em julho de 2024 tem exatamente 326 assistentes sociais inscritas/os, neste momento está sendo planejado pela gestão um curso de capacitação para quem se inscreveu. Ainda, importante sinalizar que a partir da Resolução do CRESS-SP garantimos verba de representação para as assistentes sociais que desempenham atividades nas Comissões de Instrução.</p> <p>Tema 2. Enfrentamento ao racismo: O CRESS-SP tem a muito tempo o Comitê de Combate ao Racismo, e suas atividades estão em movimento ativamente no Estado, inclusive com agenda ativa do Comitê: Participação na 20ª Marcha da Consciência Negra - Novembro/2023; Participação na Formação Popular sobre a Questão Étnico-Racial, realizada nos dias 11 e 12 de maio de 2024, na Escola Florestan Fernandes em Guararema (São Paulo); Reunião de Planejamento para o Segundo Semestre de 2024 – realizada na Câmara dos Vereadores de São Paulo em 24/06/24 transmitida pela TV câmara. Incluímos ainda está temática no Curso Ética em Movimento destinado aos assistentes sociais do INSS.</p> <p>Tema 3. Laicidade do Estado: Apesar de ser responsabilidade do CFESS, o CRESS-SP a muito tempo tem trabalhado com esta questão, inclusive com</p>	<p>. Todas as deliberações obtiveram alcance satisfatório junto à categoria.</p>	<p>Uma das estratégias de capilarização desta comissão, foi a proposição de atividades coletivas com as demais comissões, propondo abordar as deliberações de maneira transversal utilizando materiais informativos e formativos produzidos pelo conjunto CFESS-CRESS, assim como, a divulgação e resgate de materiais já produzidos por este regional nas Mídias sociais e através de mala direta por e-mail com a categoria. Nesse primeiro ano somada as reuniões periódicas, realizamos a chamada de novos/as assistentes sociais para formação de comissão de instrução conforme Tema 1; Reunião ampliada e formativa dentro do Tema 2 de enfrentamento ao racismo, contando com a presença da Assistente Social e doutoranda Meyrieli Carvalho; Realizamos o Encontro Capixaba de Assistentes Sociais, em celebração ao 15 de maio, debatendo o anticapacitismo em âmbito estadual, conforme Tema 4; Realizamos incidências políticas e organizativas conforme Tema 7 de enfrentamento a LGBTQIA+fobia por meio da elaboração de documento coletivo envolvendo diversos movimentos e entidades como o CRP e conselhos de direitos, requisitando o cumprimento do direito ao uso de nome social por profissionais do estado do ES.</p>



uma resolução que orienta que o desenvolvimento de atividades por parte das gestões do regional e de suas seccionais levem em consideração a laicidade, bem como, esta temática foi objeto de muitas atividades realizadas por este regional.

Tema 4. Acessibilidade e Luta Anticapacitista: Previsão de criação do Comitê Anticapacitista para o segundo semestre de 2024, com uma reunião realizada pela CAEDH no início de julho/2024 visando a discussão e a construção deste Comitê, mas o CRESS SP muito antes já tinha a preocupação de oferecer em seus eventos acessibilidade física e de comunicação. No âmbito da COFI foi realizado uma enquete a respeito do trabalho profissional, no ano de 2022, e que tem algumas questões que vinculam a temática. Ainda, no mês de maio/2024, como tema central, tanto as seccionais e o regional desenvolveram atividades com a temática anticapacitista, inclusive com a socialização da pesquisa e da RESOLUÇÃO CFESS N° 992, de 22 de março de 2022. Em todos os eventos com a previsão de muitos públicos, o CRESS-SP além de desenvolver em espaços que garantam a acessibilidade, faz a contratação de profissional em libras.

Tema 5. Povos Originários e Comunidades Tradicionais: O Regional realizou diversas ações no triênio passado sobre a temática, e tem constituído dentro do Comitê no Combate ao Racismo um Grupo de trabalho responsável por planejar atividades e garantir atividades que vinculam com esta temática. Na segunda Assembléia de 2023, este regional incluiu a temática com centralidade na palestra magna, com avaliação positiva pela categoria, ainda disponibilizamos estas e outras atividades na página do youtube do CRESS-SP para acesso a categoria profissional. Não foi realizado ainda a enquete para conhecer o trabalho que os assistentes sociais desenvolvem junto aos povos originários, mas temos convidados estes para desenvolver atividades no espaço do regional.

Tema 6. Migrantes, Refugiadas(os) e Apátridas: Este Regional possui duas representações no âmbito do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo, sendo uma titular e outro suplente, ao qual, tem construído posicionamentos para a proteção social aos migrantes, apátridas, comunidades tradicionais e povos originários, fronteiriços, inclusive com ações de unidades de acolhimentos e serviços para esta população. Ainda, participamos de espaços em conselhos e movimentos sociais, incidindo



diretamente na oferta de políticas sociais, com construção de manifestações diversas durante o ano de 2024.

Tema 7. Enfrentamento à LGBTQIA+Fobia e orientações à categoria: O CRESS-SP, na CAEDH tem um GT “LGBTQIA+Fobia”, que tem a centralidade nas discussões sobre a pauta, inclusive vem participando de reuniões na cidade de São Paulo, em espaços da Secretaria Municipal de Saúde, cujo objetivo é a criação de protocolos de atendimentos a população LGBT+. Ainda, em junho de 2024 o CRESS-SP desenvolveu o I Seminário Estadual Feminismos e Diversidade Trans, que contou com uma programação de altíssima qualidade, e a participação de profissionais do Serviço Social e outros. Importante ressaltar que a temática também foi incluída no Encontro Descentralizado de 2023, organizado por este regional, e também na II Assembleia de 2023.

Tema 8. População em Situação de Rua: No segundo semestre de 2023, o CRESS-SP desenvolveu duas oficinas com esta temática, ao qual, contou com uma participação expressiva de diversos profissionais. Ainda, em 2024, participou de diversos espaços da Sociedade Civil para defender a proteção a pessoas em vivência de rua. Este regional, tem uma representação no Comitê Pop Rua da cidade de São Paulo. Como, no Âmbito do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo, suas representações vêm requisitando que a pauta seja incluída constantemente.

Tema 9. Antietarismo. Apesar do tema ser previsto para ser desenvolvido em 2026, este regional compreende que este debate é transversal a muitas atividades, inclusive, que o processo do envelhecimento tem destaque em suas ações, como foi tema de Nuress e incluído no ementário de sua assembléia de 2023.

Tema 10. Gordofobia. O tema central é para 2025, mas este regional realizou a inclusão no ementário da Assembléia de 2023.

Tema 11. Alienação Parental. A Nota Técnica desenvolvida pelo CFESS, com o título “NOTA TÉCNICA - O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS E A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL (LEI 12.318/2010)” foi objeto de algumas atividades realizadas pelos Nuress, como também, em atividades realizadas pelas subcomissões de orientação do CRESS-SP.

Tema 12. Descriminalização do Aborto: O CRESS-SP participou de algumas atividades realizadas pela Sociedade Civil em defesa do Aborto. Possui representantes no âmbito Estadual em defesa do aborto. Como também,



	<p>em suas atividades de orientação e fiscalização, busca disseminar a Nota técnica -do CFESS intitulada “A importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal”</p> <p>Tema 13. Justiça Ambiental. No âmbito do GRESS-SP, esta temática foi incluída no I Seminário da COFI ocorrida em 2024, como, por meio de seus diretores estaduais e das seccionais foram debatidos nos Nucess, especialmente pela Seccional de Santos e de São José dos Campos.</p> <p>Tema 14. Ética em Movimento. Foi realizado o curso de Multiplicação do Curso “Ética em Movimento” em junho/2024 junto aos assistentes sociais do INSS, e ainda, pretende-se no Segundo Semestre de 2024, realizar a multiplicação para as assistentes sociais da Fundação Casa e para os diretores e diretoras das Seccionais e do âmbito Estadual.</p> <p>Desta forma, é evidente que as deliberações deste eixo têm uma grande capilaridade espalhada por este Estado de São Paulo, sobretudo, com fortes evidências que são temáticas que a categoria profissional necessita para uma direção ética das ações realizadas.</p>		
--	--	--	--



4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>É preciso considerar as dificuldades na realização de ações referente a temas que são alvo da ofensiva conservadora presente na sociedade e na categoria profissional, como o racismo, aborto, justiça ambiental e laicidade do Estado. Essas dificuldades ressaltam a necessidade do conjunto em estar próximo da categoria profissional e de formandos para dialogar e disputar a direção profissional reproduzida no cotidiano profissional. Para a viabilização das ações referente aos temas sobre pessoas em situação de rua e justiça ambiental é necessário atuar de forma intercomissional. É necessária a reavaliação das condições de participação nos comitês intersetoriais de acompanhamento e monitoramento da política para a população em situação de Rua, considerando que a tarefa de mapeamento já demandaria muito trabalho.</p>	<p>Como podemos observar no resumo descrito acima, as temáticas e deliberações do eixo tem centralidade para as ações desenvolvidas por este regional. No entanto, para o ano de 2024, em seu segundo semestre, tanto a nível estadual quanto das seccionais, pretendemos desenvolver ainda as seguintes atividades por seus temas: a) laicidade do Estado; b) Aborto; c) Escuta especializada e alienação parental; d) Atividade de 20 de novembro; e) Debate e organização de assistentes sociais sobre os povos originários; f) Reuniões e Ações de Formação do Comitê "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo; g) Estudo Ético-político dos Processos Éticos do CRESS 9ª Região, entre tantos outros. Para o ano de 2025, continuaremos com os debates centrais, e buscaremos dar ênfase para aquelas deliberações aos quais foram poucas incipientes em nossas atividades.</p>	<p>. Avançar na elaboração da resolução sobre a laicidade do Estado; implementar o comitê antirracista e manutenção do enfrentamento capacitismo; realizar levantamento de Assistentes Sociais que atuam nas políticas com povos originários; fomentar o debate e incidir junto aos órgãos de Estado em defesa de políticas públicas para migrantes, apátridas, comunidades tradicionais e povos originários, fronteiriços; mapear e participar dos Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua; promover debates sobre o etarismo na sociedade; promover debates sobre a gordofobia; realizar a edição do Ética em Movimento.</p>	<p>Como prioridade para o ano de 2024 e 2025 executar em conjunto com as outras comissões mais reuniões ampliadas, com o intuito de instrumentalizar a categoria frente as demandas pertinentes que surgem a este regional, entre elas: Tema 1- Mobilizar e formação Comissões de Instrução. Tema 2- A efetivação do comitê antirracista. Tema 4. Acessibilidade e Luta Anticapacitista) – Por meio da construção do Comitê Anticapacitista, promover debates e estudos junto a categoria; Tema 5-Povos originários aproximação e levantamento; Tema 6- Acompanhamento das demandas e políticas efetivadas junto aos povos migrantes e refugiados; Tema 7-Enfrentamento LGBTQIA+Fobia; Tema 12- Debate e Atividades referentes a descriminalização do aborto; Tema 14. Ética em Movimento – Realizar o curso Ética em Movimento, visando aprofundar o debate sobre as relações étnico-raciais e formação antirracista</p>



EIXO: ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>O CRESS-RJ considera que todas as deliberações possuem relevância local e regional, com destaque para os seguintes itens:</p> <p>1.1. Criar GT Nacional para aprimorar as Resoluções Cress nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional e nº 556/2009, que dispõe sobre Procedimentos para efeito da Lactação do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social, considerando as novas configurações do mundo do trabalho, os impactos das exigências de produtividade no trabalho profissional e a necessidade da garantia de acessibilidade.</p> <p>2.1. Emitir orientação referente ao trabalho de Assistentes Sociais na docência em atividades que envolvam coordenação e direção de curso de Serviço Social, supervisão acadêmica e docência de disciplinas em matéria de Serviço Social, explicitando mecanismos de fiscalização no que tange o art. 5º da Lei 8.662/93.</p> <p>4.1. Construir ações de orientação e fiscalização junto aos estágios de pós-graduação em Serviço Social, considerando o entendimento que se trata de trabalho profissional, assim como, elaborar documento técnico-orientativo para as residências em Serviço Social.</p> <p>10.1. Fomentar o debate sobre o exercício profissional nas forças militares, de segurança e auxiliares, elaborando estratégias de orientação e fiscalização da atuação de assistentes sociais nesses espaços sócio-ocupacionais.</p>	<p>Os temas pontuados nas deliberações são todos pertinentes e relevantes à realidade da Orientação e Fiscalização, observando-se a quantidade e diversidade de demandas que chegam para esta Regional. Desta forma, destacamos a deliberação 3 que obteve diversas ações para sua execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com outras Comissões e Grupos de Trabalho; • Contato, por meio de ofícios, telefonemas e visitas presenciais, nos municípios para sistematizar a realidade da implementação da Lei. <p>Quanto ao Tema 2, item "2.3 sempre buscamos socializar as normativas e publicações do conjunto Cress/Cress, com enfoque na orientação sobre o Plano de Trabalho do Serviço Social nas instituições.</p> <p>O Tema 11 esteve presente nas Comemorações do Dia do Assistente Social e na realização dos Nuress.</p> <p>Não temos conhecimento de Estágio de Pós-Graduação (tema 4) no estado de São Paulo. Também não há muita incidência da temática Serviço Social nas Forças Militares, Auxiliares e de Segurança (tema 10).</p>	<p>. As deliberações tiveram pertinência e relevância, considerando as demandas postas pela categoria.</p>	<p>As deliberações elencadas para o triênio são relevantes se observarmos a categoria profissional como um todo nacionalmente, porém quando analisamos do ponto de vista do Regional, algumas das deliberações tratam de temas cujas demandas são incipientes no Espírito Santo.</p>



2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>O CRESS-RJ entende a necessidade de investimento nas ações intercomissões, tendo em vista a transversalidade dos temas propostos, sempre contando com a participação dos assistentes sociais das bases das comissões temáticas no CRESS-RJ nas execuções das ações.</p>	<p>Há pouco tempo para o cumprimento das deliberações tendo em vista a necessidade de ações coletivas/deslocamentos/levantamentos; Dificuldades em relação à cessão de espaços para a realização dos eventos, devido à falta de verba prevista para a execução dos mesmos; Grande volume de demandas com o desafio de solucionar as demandas represadas na mesma velocidade que surgem novos processos; Participação da gestão em diversas comissões e GTs de trabalho e em algumas seccionais a redução do quadro de diretores para atender a toda a demanda da fiscalização</p>	<p>O CRESS MG teve as condições materiais e orçamentárias para realização das atividades.</p>	<p>A COFI tem buscado aprimorar o planejamento e o acompanhamento das ações para que o cumprimento das deliberações eleitas como prioritárias seja de fato realizado. Alguns desafios se impõem neste sentido como a existência de apenas duas agentes fiscais na Comissão que atuam tanto no cargo quanto em funções nativamente administrativas (a COFI não possui trabalhadores administrativos) e como fiscais de contrato de licitação. Para além, é importante destacar o aumento do número de solicitações de Anotação de Responsabilidade Técnica e a intensificação de solicitações vindas de assistentes sociais referentes às questões trabalhistas não relacionadas às competências do Conselho. A dificuldade de articulação com as outras Comissões do CRESS-ES em relação ao que foi planejado também é um empecilho para a efetivação de algumas das deliberações. Em relação às estratégias do Regional para efetivação das deliberações, é realizado acompanhamento constante do planejamento realizado anualmente e a garantia de recursos para intervenções externas e outras ações que demandam investimentos.</p>



3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>O CRESS-RJ considera que algumas ações possuem maior capilaridade com a categoria profissionais, principalmente as vinculadas ao debate sobre estágio de pós-graduação-residência, atribuições privativas e requisições indevidas e a diferenciação entre Conselho e Sindicato.</p>	<p>A presença da categoria está aquém das expectativas, mesmo com ações coletivas virtuais, híbridas, presenciais (reuniões/oficinas/visitas). Um público plural nos eventos que além dos assistentes sociais recebem estudantes e profissionais de outras áreas. Parcos recursos financeiros para a realização das atividades</p>	<p>. Boa parte das propostas executadas tinha alinhamento com as demandas postas pela categoria.</p>	<p>Dentre as deliberações elencadas pelo Conjunto, destacamos a adesão da categoria em relação ao diálogo sobre atribuições e competências profissionais, que, em especial após a pandemia, tem sido um dos temas centrais das nossas intervenções. A ética profissional é outro tema que é frequentemente abordado, seja em intervenções próprias da COFI ou em atividades em articulação com outras Comissões, como é o caso do projeto “Seguir em Frente Sem Temer a Travessia”, que apresenta o CRESS-ES a estudantes do oitavo período para as escolas de Serviço Social do Estado. Para garantir a aproximação com a categoria, após a realização de todas as intervenções são enviados por e-mail materiais basilares da profissão e que tenham relação com a área de atuação do profissional destinatário</p>



4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>1.1. Criar GT Nacional para aprimorar as Resoluções Cfess nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional e nº 556/2009, que dispõe sobre Procedimentos para efeito da Lactação do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social, considerando as novas configurações do mundo do trabalho, os impactos das exigências de produtividade no trabalho profissional e a necessidade da garantia de acessibilidade.</p> <p><u>-O CRESS-RJ entende ser prioridade definir especificamente os documentos sigilosos para constar na nova resolução do CFESS.</u></p> <p>2.1. Emitir orientação referente ao trabalho de Assistentes Sociais na docência em atividades que envolvam coordenação e direção de curso de Serviço Social, supervisão acadêmica e docência de disciplinas em matéria de Serviço Social, explicitando mecanismos de fiscalização no que tange o art. 5º da Lei 8.662/93.</p> <p>4.1. Construir ações de orientação e fiscalização junto aos estágios de pós-graduação em Serviço Social, considerando o entendimento que se trata de trabalho profissional, assim como, elaborar documento técnico-orientativo para as residências em Serviço Social.</p> <p>10.1. Fomentar o debate sobre o exercício profissional nas forças militares, de segurança e auxiliares, elaborando estratégias de orientação e fiscalização da atuação de assistentes sociais nesses espaços sócios ocupacionais.</p>	<p>Tema 3. Criação do GT, no II Encontro COFI e Subcofis de 2023, para direcionamento das ações. Criação de grupo de WhatsApp com os participantes do evento para acompanhamento das ações relacionadas à temática. As ações do GT estadual iniciaram em 2024 e estão em andamento;</p> <p>Tema 2. Planejamento de um evento online “Requisições indevidas, autonomia e sigilo profissional em debate”, previsto para o 3º trimestre de 2024 (projeto contemplado no Plano de Ação). Participamos, também, do GT nacional sobre a temática, junto à professora Yolanda Guerra, com representantes da COFI e do SFP;</p> <p>Tema 6. Ação realizado pelo CFESS em 20/06/24, em Brasília, e que terá continuidade no próximo semestre de 2024</p> <p>Tema 8. Ações da COFI considerando o momento de repercussão negativa do PL 1904/24, e da força do movimento “Criança não é mãe”.</p> <p>Tema 13. Levantamento de informações para o 4º trimestre de 2024 (projeto contemplado no Plano de Ação). Já foram enviados dados quantitativos ao CFESS;</p> <p>DELIBERAÇÕES PARA 2025</p> <p>Tema 1. GT já iniciou os trabalhos e vem realizando consultas e informes aos Cress. O CRESS SP recentemente enviou contribuições sobre demandas existentes.</p> <p>Temas 2, 4, 6, 7, 10 e 12. Ações previstas para 2025.</p> <p>Tema 11. Planejamento de evento presencial com o tema “A luta anticapacitista” (projeto contemplado no Plano de Ação)</p>	<p>. As prioridades colocadas para 2024 foram concluídas, ou estão em andamento.</p>	<p>1) Maior articulação com outras comissões;</p> <p>2) Apresentação de relatório à categoria com dados das intervenções realizadas pelo CRESS-ES junto à política de saúde, relacionando às deliberações:</p> <p>a) 2. Atribuições Privativas e requisições indevidas – especialmente 2.2: Fortalecer ações de educação permanente visando a identificação e construção de materiais orientativos acerca das competências e atribuições profissionais, com objetivo ao enfrentamento de requisições indevidas; e 2.3: Construir e socializar materiais técnico-políticos produzidos pelo Conjunto Cfess/Cress;</p> <p>b) 8 – Justiça Reprodutiva: Difundir a Nota Técnica. 8.1: "A importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal".);</p> <p>3) Aprender como tem se dado a implantação da Lei 13.935/2019 e mapeamento da contratação de assistentes sociais na política, tratando da deliberação 3.1 - Implementação da Lei 13.935/2019 – Serviço Social na Educação Básica: 3.1 Priorizar ações de fiscalização na área da educação básica enquanto espaço estratégico com o objetivo de subsidiar e sistematizar dados sobre a atuação profissional na área)</p>



EIXO: SEGURIDADE

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
<p>As deliberações continuam pertinentes, mas, entendemos que no atual cenário alguns temas se destacam, como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Arte e Cultura com ações intercomissões e aproximação com territórios periféricos e suas histórias e produções; 2. Previdência: debate coletivo sobre o modelo psicossocial, falta de atuação profissional no acesso aos BPCs com recorte nos atravessadores. Com participação, inclusive, de assistentes sociais, o aprofundamento do debate e incidências para o retorno do parecer social na composição para concessão do benefício; 3. Reforma Agrária e Segurança Alimentar, pois é preciso debater em conjunto, estão associados; 4. Controle Social – Fundamental fortalecimento dos fóruns no controle social, dentro das ações que já estão sendo executadas, porém, em conjunto com outras categorias profissionais. Inclusive com atores no âmbito do executivo e legislativo que tem surtido efeito, sendo necessário manter essas ações, pois, os ataques permanecem; 	<p>Apesar de ser um número elevado de deliberações, compreendemos ser de relevância para o Estado de São Paulo, uma vez, que presenciamos uma diversidade nos territórios, que trazem inúmeras demandas para a categoria profissional, que em muitas das vezes, encontram na realização das diversas atividades (seminários, palestras, orientações, oficinas) realizadas por este regional, espaço para os debates temáticos conduzidos por este eixo. Ainda, compreendemos que em alguns casos, a representação em espaços de discussões municipais, regionais e estadual tem trazido a pertinência das temáticas incluídas neste eixo</p>	<p>. O conjunto das deliberações são relevantes e pertinentes, especialmente os temas: arte e cultura; participação e controle social; renda básica; previdência social e pessoa com deficiência.</p>	<p>A pertinência e relevância das deliberações da Seguridade Social, em face da realidade local, contribuem para o processo reflexivo crítico da categoria, bem como qualifica assistentes sociais para a realização das intervenções em seus espaços de trabalho. As deliberações possibilitam ao Regional, realizar o direcionamento das ações que precisam ser propostas para o triênio. Exploramos algumas razões que justificam essa importância. Destacamos as deliberações voltadas para atuação no campo da saúde. As profissionais com frequência têm solicitado atividades voltadas a pauta da política de saúde, bem como orientações e debates, referente as atribuições privativas e requisições indevidas, sendo, pois, transversal as ações realizadas pela COFI. Outra deliberação que destacamos, é referente ao campo da política de educação, face a luta pela implementação da Lei Federal 13.935/2019, nos âmbitos estaduais e municipais.</p>



<p>5. Comunidade Terapêutica, pelo avançar destas unidades e na disputa dos fundos públicos, em especial da Assistência Social. É preciso pensar estratégias de enfrentamento, inclusive na busca de novos parceiros que compartilhem das nossas ideias;</p> <p>6. Envelhecimento – É um tema que não apareceu no Conjunto, mas há uma demanda crescente para atuação profissional em diversas políticas, com várias questões de violação de direitos. Entendemos ser necessário e possível incluir de forma transversal nos temas aprovados.</p> <p>Questão urbana: Devido sua relevância é necessário aprofundar esse debate junto a categoria.</p>			
---	--	--	--



2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES			
CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>A partir de uma necessidade de organização e reestruturação do regional em termos de RH, insumos, equipamentos de comunicação, processos licitatórios e outros, diversas ações para atender as temáticas e deliberações do eixo, e que demandavam um planejamento mais robusto, foram adiadas, priorizando cursos e debates em comissões e inter comissões a partir de plataforma virtual para acumular e definir estratégias com a categoria</p>	<p>Apesar deste eixo ter inúmeras deliberações, percebe-se que a capilaridade do Estado de São Paulo, existe a necessidade de estas ser materializadas. Por esta razão, este regional tem realizado ações coletivas, ou até mesmo, garantido a participação de profissionais em espaços diversos.</p>	<p>. O CRESS obteve condições materiais e orçamentárias para realização das atividades no período</p>	<p>O desligamento e licenciamento de conselheiras gerou impactos na efetivação das atividades propostas no planejamento do Regional. Diante disso, a gestão entendeu ser necessário direcionar a execução de algumas ações de forma coletiva e compartilhada entre as comissões. Para isso, estão sendo realizadas reuniões ampliadas entre as comissões temáticas para tratar as deliberações de forma conjunta respeitando os temas e as particularidades de cada eixo temático. O objetivo é o aproveitamento e a otimização das reuniões e das bases que já se encontram mobilizadas, para planejar ações presenciais e virtuais que possibilitem o debate em torno do exercício profissional no campo da Seguridade Social, buscando ainda dar visibilidade ao conjunto das bandeiras de lutas que se realizam neste eixo através de nossas Mídias, e fortalecendo internamente a articulação entre COFI, Assessoria e Coordenação das comissões para subsidiar o planejamento e cumprimento das deliberações.</p>



3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>Dos 17 temas, 4 foram tratados com grande participação e aderência da categoria a partir do Curso de Seguridade Social Ampliada, sendo 11 a serem abordados no 2º semestre. No mês de maio, a partir dos NUCRESS que são espaços estratégicos para interiorização e organização de base, foram feitos 13 debates com uma diversidade de temas trazidos pela categoria. Desses, 6 temas apareceram nos diálogos: controle social, assistência social, renda básica, previdência social, comunidades terapêuticas e plataformação das políticas.</p>	<p>de um GT constituído pela Defensoria Pública, e ainda com participação do CRP – Conselho Regional de Psicol No âmbito do CRESS-SP existem uma grande capilaridade a ser realizada perante a quantidade de municípios e o número de assistentes sociais inscritos, aos quais, por meio de atividades descentralizadas temos garantido a execução das atividades deste eixo, aos quais, conforme registro abaixo sinalizações algumas das principais ações.</p> <p>Tema 1. Defesa da seguridade social ampliada e defesa do Serviço Social nessas políticas. No âmbito do CRESS-SP a gestão das seccionais e do regional estão incluídos em debates municipais e estaduais, sejam aquelas realizadas pelo controle social, movimentos sociais, fóruns e outros, aos quais defendem a garantia de orçamento e investimento em políticas públicas. No âmbito dos conselhos de políticas públicas, temos representações em conselhos de assistência social e da política de saúde, e tem se feito intensificação para a defesa da garantia de orçamento e investimentos nas políticas sociais. A nível nacional, por meio do FNTSUAS, a gestão estadual e as suas representações realizaram participação em encontros nacionais, sempre com a defesa da revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 e contra o novo "arcabouço" fiscal (2023).</p>	<p>. Houve um alcance satisfatório junto à categoria devido à facilidade das atividades na modalidade remota</p>	<p>Dentre as ações que perpassam o cumprimento das deliberações e sua capilaridade frente a categoria, destacamos o tema da saúde, que por meio de solicitações das profissionais, tem sido construído no âmbito da comissão a capacitação continuada, fomentando o debate em consonância com os princípios éticos da profissão. O CRESS-ES, por meio da COFI e comissões temáticas, buscou fomentar a construção de estratégias coletivas nos espaços institucionais, visando reforçar as defesas das condições de trabalho dos/das assistentes sociais. O tema da Educação, especificamente no trato da Lei 13.935/2019, é uma deliberação do Conjunto Cress-Cress, a qual tem ganhado importante atenção no estado do Espírito Santo. Neste cenário, o CRESS-ES tem procurado articular com as representações parlamentares, a participação nos órgãos e espaços institucionais que possibilitem realização do debate junto a outras categorias. O Regional buscou por meio de envio de ofícios, manifestar com os gestores estaduais e municipais a importância da efetivação da Lei 13.935/2019.</p>



	<p>Tema 2. Arte e Cultura. Compreendemos que a arte e a cultura ela é uma ferramenta essencial para as dimensões do trabalho e da formação, por esta razão, passamos nesta gestão a realizar ações de “arte e cultura” nas atividades diversas, com apresentações realizadas por artistas, com prioridade para produções periféricas, oriundas da população negra, povos originários, movimentos LGBT+ e outros grupos historicamente discriminados. Ainda, temos um grupo de trabalho, constituído pela direção estadual e assistentes sociais de base que estão elaborando um documento sobre arte e cultura, fruto de dois seminários realizados em 2023. O documento irá contribuir com a categoria profissional sobre a importância da arte e cultura. Ainda nesse sentido demos início em julho/24 a uma série quatro encontros online que chamamos de “Diálogo Aberto” onde será trabalhado de forma dialógica e participativa essa temática.</p> <p>Tema 3. Participação e Controle Social. O CRESS-SP tem dois representantes no FET-SUAS-SP, e um representante no FNTSUAS. Ainda, temos no âmbito do regional a elaboração de uma Nota Técnica, que realiza o debate e a importância dos Fóruns de Trabalhadoras/res do SUAS como espaços de organização coletiva, em breve será socializada para a categoria profissional. Representante da gestão Estadual também realizou participação em atividades dos fóruns regionais e municipais, defendendo os espaços destes, e ainda a defesa das condições de trabalho.</p>		
--	---	--	--



	<p>Tema 4. Assistência Social. O CRESS-SP possui Resolução que institui parâmetros para participação de assistentes sociais (direções e bases) em espaço de controle social. Desta forma, a inclusão de assistentes sociais nos fóruns de trabalhadores e em conselhos de assistência social oportuniza a defesa da assistência social. Ainda, as/os diretores/as participam de eventos municipais, estaduais e nacionais em defesa da política de assistência social. Ainda, no âmbito deste regional foi garantido a participação de sua direção estadual e assistentes sociais de base na Conferência Estadual e na Nacional de Assistência Social. Por meio do FET-SUAS – SP, o CRESS-SP garantiu a participação de direção estadual no NUEP - Núcleo de Educação Permanente do Estado de São Paulo, ao qual, tem feito incidências para que o governo estadual realize ações de capacitação e aprimoramento dos trabalhadores do SUAS, este ano, houve oferta dos seguintes cursos: A) Curso de Vigilância Socioassistencial: 40 h/aulas, com vagas de 600 alunos. B) Curso de Metodologias de Trabalho Social com Famílias: 40 h/aulas, com vagas de 600 alunos. C) Curso de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS: 40 h/aulas, com vagas de 600 alunos. Ainda, com incidência dos representantes do CRESS-SP no CONSEAS – Conselho Estadual de Assistência Social, a gestão estadual da Secretaria de Desenvolvimento Social destinou 170 vagas para o Encontro Nacional de Gestores de Assistência Social ocorrida na cidade de São Paulo em julho de 2024.</p>		
--	---	--	--



	<p>Tema 5. Renda Básica. O CRESS-SP aprovou a contratação de consultoria para produzir uma nota técnica sobre Renda Básica e o trabalho de assistentes sociais. O Documento deve ficar pronto ainda este ano de 2024.</p> <p>Tema 6. Previdência Social. A gestão Estadual tem construído ações com assistentes sociais que atuam no INSS na defesa da previdência social pública, estatal e de qualidade. Ainda, temos um GT “Previdência Social e INSS” no âmbito da COFI, com a participação também da direção da CTPOP e de assistentes sociais de base, ao qual, debaterá as demandas que chegam neste regional e propondo respostas perante a realidade.</p> <p>Tema 7 Pessoas com Deficiência. O debate sobre o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado – IFBrM, tem sido mobilizado pelas diversas direções (estadual e seccional) em todo território do Estado. Ainda, o regional garantiu a presença no final do ano de 2023 Seminário de Lançamento do GT sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência ocorrido em Brasília - DF. Ainda, no âmbito do CRESS-SP, em 2024 foi instalado o GT “Previdência Social e INSS” no âmbito da COFI, com a participação também da direção da CTPOP e de assistentes sociais de base, ao qual, versará sobre a discussão da temática.</p> <p>Tema 8. Saúde. O CRESS-SP por meio de Resolução própria instituiu mecanismos para operacionalizar a participação de assistentes sociais de base e direções em espaços de controle social. Desta forma, temos profissionais incluídos em fóruns, comissões e conselhos de políticas sociais, aos quais tem</p>		
--	--	--	--



	<p>realizados defesas do SUS e do seu financiamento. Atualmente, representante da Gestão Estadual está participando ogia, visando a luta pela reforma psiquiátrica no Estado. A gestão também realizou convênio com a comissão Organizadora do ONASS (USP, UNIFESP e UNESP), realizando um Encontro Estadual, que discutiu a temática da Saúde e outros temas correlacionados.</p> <p>Tema 9. Comunidades Terapêuticas. No âmbito do GRESS-SP houve a participação de direção estadual e da assistente social de base em atividade realizada na Câmara Federal na cidade de Brasília em movimento contrário ao financiamento das Comunidades Terapêuticas. Ainda, a gestão Estadual e profissional do Fet-SUAS esteve em evento Nacional realizado no Rio de Janeiro, ao qual, defendeu a Resolução do CNAS que afirma não ser da política de assistência social as Comunidades Terapêuticas. Como também, a gestão estadual tem representante no Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas, ao qual, inúmeras defesas contrárias as Comunidades Terapêuticas têm sido realizadas.</p> <p>Tema 10. Educação. O GRESS-SP por meio de representantes da gestão estadual, seccionais e assistentes sociais de base tem realizado inúmeras atividades e ações para a incidência de contratação dos/as assistentes sociais na Educação do Estado de São Paulo. A gestão Estadual realizou inclusive duas reuniões com a Secretaria Estadual de Educação, incidindo fortemente nas atribuições e nas formas de contratação. Atualmente, tem constituído um</p>		
--	--	--	--



	<p>GT “Serviço Social e Educação”, com representações da COFI e da CTPOP e realizado inúmeras atividades sobre a temática, tanto a nível municipal, regional e Estadual. A Gestão também garantiu a presença de diretor da Seccional do ABCMrr e da Direção Estadual em Encontros Nacionais. Em muitas atividades realizadas pelo CRP e o CRESS também demonstram a importância desta articulação. No âmbito do CRESS-SP, por meio da comissão de formação, existe o acompanhamento de ações de qualificação e defesa do ensino superior com qualidade, e os componentes desta comissão realizaram algumas ações e participaram de eventos regionais e nacionais. Ainda, na COFI, tem se realizado algumas atividades política de assistência e permanência estudantil, com a realização de reuniões com assistentes sociais do Institutos Federais.</p> <p>Tema 11. Reforma Agrária. No âmbito Estadual, o regional garantiu a sua participação em eventos que discutiram a reforma agrária. Ainda, por meio do Comitê do Combate ao Racismo, tem um GT “Povos Originários”, que realizou ações que trouxeram debates sobre regularização fundiária, dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, de matriz africanas, ou de terreiros, ribeirinhas entre outras), atingidos por barragens, pescadores artesanais, em contraposição ao garimpo, agronegócio, buscando fortalecer a soberania alimentar de base agroecológica.</p> <p>Tema 12. Questão Urbana, Habitação, Direito à Cidade e Justiça. No âmbito deste</p>		
--	---	--	--



	<p>regional foi realizado a Nota Técnica sobre Remoção e reintegração de posses, com debate não só das prerrogativas profissionais, mas uma defesa da moradia. Desta nota, foi realizado uma live para a discussão dos resultados da nota, mas também para refletir sobre a questão urbana e o direito a cidade, especialmente com a presença da assistente social Mauricléia. Ainda, algumas seccionais realizaram atividades com esta temática. A direção estadual esteve presente em atividade nacional online sobre a discussão do exercício profissional na assessoria técnica no Serviço Social em habitação de interesse social.</p> <p>Tema 13. População em Situação de Rua. A temática neste regional vem sendo desenvolvida em articulação com a CAEDH, que proporcionou oficinas de debates em 2023, como também, vem sendo realizado participação da gestão estadual em espaços diversos, para a defesa da Política Nacional da população em situação de rua, com ênfase na Moradia Primeiro, e no enfrentamento à aporofobia e as ações higienistas, repressivas e racistas contra estas pessoas.</p> <p>Tema 14. Segurança alimentar e nutricional. O GRESS-SP não realizou nenhuma ação específica sobre a temática/deliberação, mas ela foi trazida no ementário da palestra magna realizada na II Assembleia de 2023.</p> <p>Tema 15. Criança e Adolescente. A gestão do GRESS-SP participou na organização do Seminário Estadual em defesa dos direitos da criança e adolescente e os serviços de acolhimento institucionais, realizado no final do ano de 2023, sendo o local a ALESP, e tendo</p>		
--	---	--	--



	<p>no GT de Organização a Defensoria Pública, o CRP e o CRESS-SP. A presidenta do CRESS-SP fez a abertura do evento e defendeu a proteção integral e como as crianças e adolescentes negras vem sendo consideradas pelas políticas sociais. Ainda, o CRESS-SP esteve presente na organização do Seminário Orfandade, e enfatizou a defesa do ECA.</p> <p>Tema 16. Direito das Mulheres. Acompanhamento de ações, em conjunto com movimentos sociais, na defesa da justiça reprodutiva. No ano de 2024, temos acompanhado o movimento “Criança não é mãe”, contra o PL 1904/2024; contra a criminalização das pessoas que gestam, pela descriminalização do aborto. Ainda no âmbito dos Nuress a temática foi enfatizada, sobretudo, contrário as violências domésticas.</p> <p>Tema 17. Plataformização das Políticas. A temática foi incluída na I Assembleia de 2024 realizada por este regional, como também incluída nas atividades do Nuress.</p>		
--	--	--	--



4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>1. Participação da Plenária do FNTSUAS em agosto/24 para fortalecer as estratégias do tema “Controle Social”;</p> <p>2. Acumular, numa aproximação com movimentos sociais e (???)perseguidores???) sobre a temática do avanço das CTs, preparando para a realização do Seminário em 2025;</p> <p>3. Consolidação e construção de documentos de debates acumulados sobre a plataformização e condições para o exercício profissional de assistentes sociais na Assistência Social, na perspectiva de cúmulo da categoria e encaminhamento para a COFI no sentido de subsidiar possíveis ações da comissão (2024);</p> <p>4. Realizar em 2025 Seminário sobre Seguridade Social e a reestrutura e fortalecimento das RAPS com aproximação de pesquisas científicas, movimentos sociais em contraponto às Comunidades Terapêuticas;</p> <p>5. Concluir o curso Seguridade Social com debate de 11 temas;</p> <p>6. Realizar debates intercomissões, a partir da Comissão de Direito a Cidade, a partir de espaços periféricos do Rio de Janeiro, tendo como estratégia, o uso de filmes documentários e apropriação da história e cultura dos territórios (2024);</p> <p>7. Aprofundamento do debate já realizado na Comissão de Habitação sobre assessoria técnica (2024) e</p> <p>A partir de debates intercomissões e outros sujeitos políticos, aprofundar a questão da reforma agrária com segurança e soberania alimentar pois elas se coadunam.</p>	<p>As deliberações deste eixo são debatidas em espaços diversos, conforme demonstrado na síntese acima, desta forma, compreende-se que todas novamente serão priorizadas, considerando a capilaridade deste regional. Isso não quer dizer, que dependendo da realidade, as escolhas da gestão passarão sempre em comum acordo com o Conjunto CFESS-CRESS e os diálogos construídos com a categoria profissional</p>	<p>. Garantir o debate de arte e cultura nas comissões de seguridade social ampliada; Promoção de atividades internas da categoria, manifestações artísticas e culturais, divulgação de material de audiovisual, exibição de documentários e outros que expressem e potencializem a defesa dos direitos humanos, sociais e culturais e assim contribuir para formação e alinhamento ético político; manter a Luta anticapacitista e a defesa da seguridade social ampliada</p>	<p>Tema: 10 - Promover o Seminário estadual de Educação;</p> <p>Tema: 08 - Promover atividades formativas no tema Saúde e Convidar profissionais/ referências em cada área das políticas de seguridade.</p> <p>Tema: 12 - Viabilizar aos profissionais de Serviço Social formação e diálogos no âmbito da política urbana;</p> <p>Tema: 04- Assistência Social;</p> <p>Tema: 07 – Pessoas com Deficiência e</p> <p>Tema: 17 - Plataformização das Políticas</p>



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
<p>4.1 Contribuir para o fortalecimento dos Fóruns Nacional, Regionais, Estaduais e Locais de Supervisão de Estágio em Serviço Social com participação dos sujeitos que compõem o Estágio Supervisionado (Coordenadores/as de curso e de estágio, supervisores/as de campo e acadêmicos/as, estagiárias/os), reforçando as lutas pela materialização da Política Nacional de Estágio da Abepss, da Resolução Cfess nº 533/2008 e demais normativas que regulamentam o Estágio Supervisionado em Serviço Social.</p> <p>– Apesar de ser considerada a relevância e pertinência desse ponto, há uma possível sobreposição de Fóruns, que pode inviabilizar a participação em tantos Fóruns, além de desconsiderar a indissociabilidade da formação e estágio.</p> <p>5.1 Contribuir na ampliação do debate étnico-racial no Conjunto Cfess/Cress em articulação com Abepss, Enesso, Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo e Comitês Antirracistas, tendo como referência o documento da Abepss "Subsídios para o debate étnico-racial na formação</p>	<p>O Plano de Ação do CRESS SP foi planejado com base no calendário de ações da ENESSO e ABEPSS, desta forma elencamos as atividades realizadas até o momento:</p> <p>Tema 1. Produção de artigo científico, em conjunto com a ABEPSS/ENESSO - junto às UFAS. Deliberação permanente.</p> <p>Tema 3. Execução de 2 reuniões - constante nas Bandeiras de Lutas que será apresentado no Encontro Nacional em Belo Horizonte.</p> <p>Tema 4. Duas ações centrais em conjunto com a ABEPSS/ENESSO/COFI/SubCOFI/Agentes fiscais/Seccional Campinas - Supervisão de estágio no programa "Criança Feliz" e estágio remoto. Discussão interna e devolutiva. Participação da Fiscalização em evento da Defensoria Pública do Estado de SP sobre os desafios em Serviço Social.</p> <p>Tema 5. Participação da presidência do CRESS-SP em evento no dia 08/06, pelo Comitê de Combate ao Racismo com várias ações. Minicurso do CONAS/ Discussão do estágio remoto e realização de NUCRESS com o tema antissexista.</p>	<p>. O conjunto das deliberações foi integralmente priorizado.</p>	<p>A comissão avalia que o conjunto das deliberações apresentadas no eixo de formação se relaciona diretamente com as demandas da categoria regional destacamos os debates antirracista, anticapacista e antiLGBTQIAPN+fóbica como prioritários</p>



<p>profissional" e o documento do Cfess "Assistentes Sociais no combate ao racismo".</p> <p>– Apesar de considerada a relevância do item, percebeu-se que este considera apenas o Comitê Antirracista e necessitaria contemplar também o Comitê Anticapacitista e demais assuntos apresentados no tema específico (Formação antirracista, anticapacitista, antiLGBTQIA+fóbica, antissexista e antietarista).</p>			
--	--	--	--



2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES			
GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
<p>3.1 Participar nos Fóruns Nacional, Regionais e Estaduais em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social, realizando o balanço das ações executadas, para o fortalecimento do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, reafirmando a articulação com Abepss e Enesso.</p> <p>– Balanço das ações executadas nos Fóruns. Está sendo realizado? Verificar viabilidade de realização desse balanço, inclusive por serem instâncias diferentes.</p> <p>4.1 Contribuir para o fortalecimento dos Fóruns Nacional, Regionais, Estaduais e Locais de Supervisão de Estágio em Serviço Social com participação dos sujeitos que compõem o Estágio Supervisionado (Coordenadores/as de curso e de estágio, supervisores/as de campo e acadêmicos/as, estagiárias/os), reforçando as lutas pela materialização da Política Nacional de Estágio da Abepss, da Resolução Cfess nº 533/2008 e demais normativas que regulamentam o Estágio Supervisionado em Serviço Social.</p> <p>– Apesar de ser considerada a relevância e pertinência desse ponto, há uma possível sobreposição de Fóruns, que pode inviabilizar a participação em tantos Fóruns, além de desconsiderar a indissociabilidade da formação e estágio.</p>	<p>De maneira geral as ações foram realizadas em parceria com a ENESSO e ABE PSS</p>	<p>. O GRESS obteve condições materiais e orçamentárias para realização das atividades no período</p>	<p>A comissão de formação e trabalho profissional, é formada por conselheiras, assistentes sociais de base, estudantes, representação das Abepss e das escolas de serviço social com ensino presencial em nosso Estado (Ufes e Emescam). A comissão realiza reuniões mensais e se articula diretamente as atividades realizadas pelas entidades que compõe este espaço, com destaque para participação nas oficinas regionais da Abepss, atividades de formação para supervisores de estágio, formação continuada com leituras e estudos de textos que dialogam com o eixo, entre outras. A comissão tem utilizado ferramentas virtuais para dar visibilidade a suas ações.</p>



<p>7.1 Fortalecer e incidir politicamente na rearticulação das comissões de formação no âmbito dos Cress, incentivando a composição nos Cress que ainda não tem, e incidir como espaço permanente no âmbito dos conselhos com a participação de representantes das UFAs, base da categoria e representações da Abepss e Enesso.</p> <p>– Questão sobre competência. Inclusão do CFESS na competência visto que não há condição objetiva dos CRESS em incidência na criação de comissão de formação em outros CRESS.</p>			
---	--	--	--



3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA			
GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
o que tange a capilaridade das ações do eixo, identificamos que há incidência frente à categoria e articulação com as UFAS, com destaque para o estágio supervisionado e do fortalecimento das Comissões de Formação.	As ações deste eixo contemplam o público das organizações parceiras	. Houve um alcance satisfatório junto à categoria devido à facilidade das atividades na modalidade remota e presencial com as UFAS.	A demanda da categoria para a efetivação de uma formação continuada/educação permanente é algo presente no cotidiano da comissão, para tanto estamos centrando esforços para viabilizar debates em torno de temas que demandam maior destaque e instrumentalização no trabalho e formação profissional, quais sejam: debate étnico-racial, anticapacista e antissexista e antiLGBT+fóbica.

4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025			
GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
Fortalecimento dos Comitês e do Fórum da Região Sudeste.	Tema 2. Seminário ocorrerá no primeiro semestre de 2025 Tema 7. Discussão ocorrerá no Encontro Nacional, dia 05/09 em Belo Horizonte.	. Retomar as discussões sobre a Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde.	Tema 1: Educação Permanente; Tema Tema 4: Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social; Tema 5: Formação antirracista, anticapacitista, antiLGBTQIAPN+fóbica, antissexista e antietarista; Tema 7: Fortalecimento das Comissões de Formação Tema 8: Articulação para o enfrentamento a precarização do Ensino. Tema 3: Fórum de Formação e Trabalho com Qualidade em Serviço Social



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
As deliberações foram consideradas pertinentes, sobretudo reconhecendo o lugar que o Serviço Social do Brasil ocupa em termos de influência.	Até o momento o GRESS-SP não executou nenhum tema do Eixo Relações Internacionais, mas trataremos do tema junto a direção estadual, seccionais e assessorias deste Conselho	. O conjunto das deliberações não foi priorizado.	O Regional considera de fundamental importância as deliberações do eixo RI para com a categoria profissional, sendo oportuno fundamentalmente, direcionar as ações políticas interventivas do conjunto Cress-Cress, no âmbito das particularidades latino-americanas. O Cress-ES está localizado em uma geografia que não faz fronteiras com outros países, o que limita e dificulta a pertinência e relevância das deliberações, frente a realidade local das/dos assistentes sociais do Estado.



2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES			
CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>De forma geral, foram identificadas condições adversas para realizar essas deliberações, apesar de consideradas pertinentes. Alguns temas estão contempladas pelo eixo de Ética e Direitos Humanos (refugiados, migrantes e apátridas) e tem ações implementadas pelo CRESS/RJ. Porém a internacionalização da pauta se mostra mais difícil de ser realizada.</p> <p>A realidade local do Rio de Janeiro, por não ser estado com fronteiras internacionais, torna algumas questões mais difíceis de serem viabilizadas, como por exemplo o item 4.1 (Fortalecer os diálogos e a aproximação do Serviço Social Brasileiro com o Serviço Social dos países de fronteira, aprofundando os debates sobre os desafios da garantia da proteção social e ampliação das políticas públicas em ações relacionadas ao trabalho profissional com a população indígena, migrantes, pessoas em situação de refúgio e apátridas, e pessoas em mobilidade nos corredores de passagem em articulação com as instituições e/ou fóruns que pautam os temas</p>	<p>Não apresenta</p>	<p>. O CRESS não obteve condições para realização das atividades no período.</p>	<p>As deliberações do Eixo não atravessam a realidade local do Regional, bem como da própria dinâmica do campo de atuação das/dos assistentes sociais, que não têm apresentado demandas desta ordem ao Conselho.</p>



3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
Não apresenta	Não apresenta	. O conjunto das deliberações não foi priorizado.	Não apresenta

4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
Conceituar a internacionalização para direcionamento das ações.	Não apresenta	. Avançar nos 4 temas colocados para o período.	Embora o GRESS-ES não tenha aproximação com as discussões em torno deste eixo, há uma compreensão que a deliberação vinculada ao tema 4 seja colocada como prioritária, sobretudo aos GRESS que têm alguma aproximação com a temática.



EIXO: COMUNICAÇÃO

1- PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS DELIBERAÇÕES EM FACE DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
<p>Planejamento na Comunicação, que perpassa muito a luta anticapacitista, teve muita pertinência e relevância. A pertinência percebe a aderência forte em relação a essa pauta, presente em vários eixos da Comunicação. A campanha do triênio ficou mais afastada.</p>	<p>Tema 1. Aguardando futuras orientações do CFESS para execução da campanha. Tema 2. Foram realizados encontros pelas Seccionais, NUCRESS (sede e seccionais) e evento estadual em comemoração ao dia de assistentes sociais - live no Youtube. (Ver atividades); Tema 3. Realizado; Tema 4. Realizado em dezembro de 2023, encontro com interlocutores da Comunicação (sede e seccionais), que contou com a presença da jornalista Rebeca Mota (Revista Fórum) e o assistente social Leonardo Koury sobre democratização da informação; desinformação, notícias falsas, disputas de narrativas no contexto contemporâneo e desafios frente a mídia hegemônica (Rebeca) e sobre a importância da Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS/GRESS (Leonardo). Tema 5. A ser realizado em 2025. Tema 6. Em debate e em construção. Tema 7. Em processo. Perante o momento em que vivemos todos os temas do Eixo Comunicação são pertinentes e relevantes frente à realidade em que o Estado de São Paulo se encontra. Temos uma população representativa em todos os segmentos e muito presente nas bandeiras de lutas do Conjunto CFESS/GRESS. Destaque para o tema 2, em comemoração ao Dia do Assistente Social, que foi amplamente divulgado e executado em todas as seccionais com debates aberto para a categoria e para o tema 7 com a realização do I Seminário Estadual Feminismos e Diversidade Trans: emancipação para todas, todos, todes.</p>	<p>O conjunto das deliberações foi integralmente priorizado.</p>	<p>Avaliamos que deliberações do eixo de comunicação demonstraram alta pertinência e relevância em face da realidade local. As ações deliberadas foram adaptadas e implementadas às necessidades e particularidades do nosso GRESS, garantindo uma comunicação eficaz e inclusiva. A utilização de diferentes canais de comunicação, incluindo plataformas digitais e redes sociais, ampliou o alcance das nossas mensagens e facilitou a interação com os/as profissionais de serviço social. Isso garantiu que as informações sobre políticas, eventos e formações chegassem de maneira ampla a todas as regiões do Estado, promovendo uma maior participação e engajamento. A pertinência das deliberações também se manifestou na forma como abordamos questões emergentes e específicas do nosso Estado. Por meio de uma comunicação contínua, conseguimos captar feedbacks importantes dos profissionais (ex.: evento do 15 de maio), ajustando nossas ações conforme necessário para atender melhor a categoria.</p>



2 - CONDIÇÕES OBJETIVAS DO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES			
CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>No plano de ações e orçamento a Comunicação está contemplada. O financeiro traz impactos políticos. Na nossa experiência, o orçamento foi garantido já nos comitês. Apesar disso, precisamos comentar fatores que dificultam, como os processos licitatórios, que impactam questões de acessibilidade e de assessoramento em alguns temas, por exemplo.</p>	<p>Temos trabalhado para melhorar o cumprimento de todas as deliberações de forma a atender às necessidades da categoria.</p>	<p>. O CRESS obteve condições materiais e orçamentárias para realização das atividades no período.</p>	<p>Em uma análise geral das deliberações, pode-se afirmar que a comissão de comunicação do CRESS ES teve condições objetivas necessárias para o cumprimento das deliberações. Elementos como assessoria qualificada e técnica, planejamento estratégico, participação ativa de conselheiras na direção política da comissão de comunicação e permanente monitoramento e avaliação das ações implementadas, foram elementos que contribuíram para uma execução eficiente e alinhada com os objetivos propostos, resultando em uma comunicação eficaz e pertinente para a categoria.</p>

3 – CAPILARIDADE DAS AÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES FRENTE À CATEGORIA			
CRESS-RJ	CRESS-SP	CRESS-MG	CRESS-ES
<p>Luta Anticapacitista: Alta aderência às discussões debatidas. Carta de Serviços. Foi possível concluir de modo articulado e construção coletiva. O produto final facilita o acesso. A base, trabalhadores e estudantes foram ouvidos.</p>	<p>Em parceria com as demais comissões e setores do CRESS SP temos articulado na melhoria da nossa capilaridade, mas em linhas gerais nossas ações têm alcançado a categoria haja visto a presença nos eventos seja de forma remota ou presencial</p>	<p>. Houve um alcance satisfatório junto à categoria.</p>	<p>Avaliamos que as ações executadas pela comissão de comunicação do CRESS tiveram capilaridade frente à categoria. Algumas ações alcançaram uma quantidade considerável de assistentes sociais, promovendo maior engajamento e participação. Alguns avanços foram o a 1) diversificação dos canais de comunicação, utilizamos múltiplas plataformas, como redes sociais, newsletters, site oficial e eventos online, para disseminar informações e envolver os/as profissionais da categoria. Isso permitiu alcançar um público mais amplo e diverso. 2) Conteúdo relevante e atualizado; 3) Feedbacks Positivos. Alguns desafios desta ordem são: 1) Acesso e Inclusão Digital - um dos desafios enfrentados é a desigualdade no acesso à internet e dispositivos digitais entre os/as profissionais; 2) Engajamento Constante - manter o engajamento constante e ativo da categoria requer um esforço contínuo e a implementação de estratégias inovadoras para comunicar com a categoria.</p>



4 – PRIORIDADES PARA 2024 (SEGUNDO SEMESTRE) E 2025

GRESS-RJ	GRESS-SP	GRESS-MG	GRESS-ES
<p>Avaliar campanha definida para o triênio. Proposta de 15 de maio: Racismo Ambiental, quem sofre os maiores impactos? (Crianças e adolescentes, idosos) Aderência da campanha anticapacitista foi muito maior do que a Campanha de Gestão.</p> <p>Bandeiras de luta devem articular a Política Nacional de Comunicação, em uma mediação mais concreta com os profissionais.</p> <p>Tecnologia e profissionais em TI e tecnologias de acessibilidade, para que seja possível implementar ações de acessibilidade.</p> <p>Colocar em debate o formato das autodescrições - atravessadas de falas preconceituosas</p>	<p>Os temas 4 e 6 serão executados no ano de 2025, visto que temos discutido as estratégias em nossas reuniões e encontros</p>	<p>. Participar do Seminário Nacional de Comunicação Cfess/Cress</p>	<p>De forma geral, para 2024, vamos dar prosseguimento a ações que mantenham a transparência, a participação e a inclusão da categoria, além de fortalecer a imagem e a defesa do serviço social. Como caminho será o fortalecimento da participação da categoria nos espaços de representatividade no CRESS; transparência e prestação de contas, mantendo uma comunicação acessível e objetiva sobre as ações, projetos e decisões do CRESS, fortalecendo a confiança da categoria na Autarquia; execução de uma comunicação baseada na inclusão e acessibilidade, assegurando que os materiais de comunicação sejam acessíveis a pessoas com deficiência e a sociedade de modo geral, utilizando recursos como legendas em vídeos, transcrições e formatos acessíveis de documentos. Em relação as deliberações, centraremos esforços no tema 4. Luta pela Democratização da Comunicação, articulando-se com coletivos que produzem e defendam a comunicação como uma ferramenta de luta, resistência e como um direito social. É ainda, prioridade a elaboração de Mídias que comuniquem de forma pedagógica com a categoria para abordagem de temas como Combate a Inadimplência da anuidade. Para 2025, entra como prioridade a construção do seminário de comunicação do conjunto.</p>



REGISTROS
DO ENCONTRO

REGISTROS DO ENCONTRO

Créditos das fotos e vídeos: Célio Albuquerque (GRESS-RJ) e Marcela Viana (GRESS-MG).



Transmissão da Abertura 51º Encontro Descentralizado da Região Sudeste

